

# convergência

ABR — 1984 — ANO XIX — Nº 171



- **OBEDIÊNCIA EM TEMPO DE LIBERDADE**

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ — página 140

- **VIDA RELIGIOSA E VIDA DO POVO. ENCONTRO E COMUNHÃO**

Frei Bernardino Leers, OFM — página 152

- **DISCERNIMENTO CRISTÃO E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO**

Pe. Mário de França Miranda, SJ — página 166



## CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência  
dos Religiosos do Brasil

**Diretor-Responsável:**

Ir. Claudino Falquetto, FMS

**Redator-Responsável:**

Padre Marcos de Lima

**Equipe de Programação:**

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brunelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

**Direção, Redação, Administração:**

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar  
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

### Assinaturas para 1984:

**Brasil**, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1984 ..... Cr\$ 12.000,00

**Exterior: marítima** ..... US\$ 26,00

aérea..... US\$ 34,00

**Número avulso** ..... Cr\$ 1.200,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

**Composição:** Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

**Fotocomposição:** Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

**Impressão:** Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

### Nossa Capa

Uma simples SETA retorcida e em trejeitos a indicar duas direções. Roland Barthes propõe dois elementos de medida para se avaliar o interesse de um desenho ou de uma foto quaisquer: o *studium*, ou seja, o esforço e inclinação cultural de cada um; e o *punctum*, isto é, um detalhe que parte da imagem e atinge, de imediato, a consciência. Coisas óbvias se revestem, por vezes, de maior complexidade. Aceitando-se, todavia, a regra deste jogo semiológico de avaliação, pode-se concluir sobre nossa capa: a SETA, como figurada, é o emblema da indecisão, da ambigüidade, da indefinição, do gosto da pesca em águas turvas. O significado é evidente demais para ser tido como definitivamente apreendido. Para baixo ou para cima? Muito pelo contrário. Avançar ou retroceder? Nem uma nem outra alternativa. Permanecer.

Marcar passo. Estacionar. Denunciar (direção inferior) avivando a consciência dos erros? Ou, anunciar (direção superior) os caminhos a percorrer? Nada disso. Omitir-se, esta forma sinuosa de dourada irresponsabilidade. Há conflitos compatíveis com a Vida Religiosa. E, por isso, fecundos. Outros há, entretanto, irreconciliáveis com ela. E, por isso, estéreis e dopantes. A indecisão e a ambigüidade são espécies deste gênero. O Evangelho é categórico: "Ninguém pode servir a dois senhores" (Mt 6, 24). E o Apocalipse, ao anjo da Igreja de Laodicéia, registra: "Porque és morno, nem frio nem quente, começar-te-ei a vomitar da minha boca" (Apoc 3, 16). **CONVERGÊNCIA**, a revista dos Religiosos e Religiosas do Brasil, veicula um discurso afirmativo, revelador de coragem e de fé na Vida Religiosa. A falta de audácia de nossa parte pode paralisar o Espírito. **CONVERGÊNCIA**, leitura útil para qualquer momento e na formulação do futuro. Alarga o espaço onde os Religiosos se irmanam aos seus ideais, numa comunhão mais freqüente e mais fácil, aprimorando o traço de união por que tanto se empenha a Conferência dos Religiosos do Brasil (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                         |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| EDITORIAL .....                                                                                                                                         | 129 |
| MENSAGEM DO PAPA .....                                                                                                                                  | 131 |
| INFORME DA CRB .....                                                                                                                                    | 133 |
| OBEDIÊNCIA EM TEMPO<br>DE LIBERDADE<br>Pe. Spencer Custódio Filho, SJ .....                                                                             | 140 |
| VIDA RELIGIOSA E VIDA<br>DO POVO. ENCONTRO<br>E COMUNHÃO<br>Frei Bernardino Leers, OFM .....                                                            | 152 |
| DISCERNIMENTO CRISTÃO<br>E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO<br>Pe. Mário de França Miranda, SJ .....                                                             | 166 |
| RESTABELECE A JUSTIÇA<br>DE DEUS NO MEIO DO POVO.<br>VIDA E LUTA DO PROFETA<br>ELIAS. SOBRE A MISSÃO<br>PROFÉTICA<br>Frei Carlos Mesters, O. Carm. .... | 175 |



# EDITORIAL

A práxis da justiça é uma forma histórica de amor. Quando as relações entre os homens se manifestam injustas, o amor fraterno exige que se busque a justiça. Assim o atesta claramente a Sagrada Escritura. No Antigo Testamento, os profetas assumem a causa da justiça e chamam o povo à conversão, certos de que em contexto de injustiça é impossível conhecer (= amar) a Deus e amar o próximo. No Novo Testamento, amor e justiça se confundem. Para São João, só conhece verdadeiramente a Deus aquele que ama o seu irmão e pratica a justiça. Não possui o amor de Deus quem fecha o seu coração e não se compromete em sanar uma situação injusta. Jesus viveu essa forma de amor. O Reino que ele prega é libertação de todas as amarras que prendem o homem e impedem a comunhão com Deus na comunhão fraterna, e inclui o restabelecimento da justiça. Seu próprio destino só se explica, historicamente, a partir de sua solidariedade com os injustiçados.

A Igreja da América Latina já tem bem claro a relação que existe entre amor e justiça. Medellín diz que o amor é "o dinamismo que deve mover os cristãos a realizarem a justiça no mundo" (1,4). Para Puebla, o amor de Deus "se faz necessa-

riamente comunhão de amor com os outros homens e participação fraterna; para nós hoje em dia deve tornar-se obra de justiça para com os oprimidos, esforço de libertação para quem precisa" (327). Na situação em que vivemos, seria lirismo falar de amor ao próximo que não incluísse compromisso com a justiça.

Para realizar a justiça em nosso meio, não é suficiente a conversão do indivíduo nem a promoção de relações interpessoais fraternas. É necessário atingir também as estruturas sociais, nascidas não do amor mas da ambição e do egoísmo, bloqueadoras da liberdade, geradoras de relações de exploração, violência e dominação.

Juntamente com toda a Igreja, a Vida Religiosa é convocada a participar do processo de libertação do nosso povo, construindo uma sociedade mais justa e mais fraterna. As Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil advertem os cristãos que sua tarefa não será completa "enquanto não derem a sua contribuição específica para construir uma sociedade segundo as aspirações mais profundas dos homens de boa vontade e segundo o desígnio de Deus" (68). Muitos religiosos e religiosas vêm dando passos corajosos neste sentido. Na trilha dos anti-



gos profetas e no seguimento de Jesus Cristo, assumem a causa da justiça e percorrem caminhos diversos que permanecem abertos também para seus irmãos, como possibilidades reais de compromisso.

Neste mês de abril, através de artigos diversificados, **CONVERGÊNCIA** quer ajudar seus leitores a responder de forma consciente e responsável à própria vocação religiosa e a participar do processo de libertação, descobrindo caminhos de compromisso com a justiça.

No primeiro artigo, **Pe. Spencer Custódio Filho, SJ**, fala sobre a Obediência Religiosa. Aponta alguns elementos de reflexão em torno do sentido teológico da obediência a que somos chamados a viver hoje na Igreja. Seu intuito é buscar o sentido último da obediência na Vida Religiosa, como seguimento de Jesus Cristo, numa prática de liberdade.

“Vida Religiosa e vida do povo” é o artigo que nos oferece hoje **Frei Bernardino Leers, OFM**. O autor mostra como a redescoberta do mundo dos pobres e o contato direto com o povo sofrido está conduzindo a Vida Religiosa a uma mudança de lugar geográfico e social e vem obrigando os religiosos a inventar novas formas de convivência comunitária, de oração, de divisão do trabalho e de fidelidade evangélica, compartilhadas com o próprio povo.

O artigo do **Pe. Mário de Franca Miranda, SJ**, “Discernimento cristão e contexto sócio-político”, mostra como a situação concreta na qual se encontra o cristão não é alheia a seu discernimento. A intenção de fundo da reflexão é fazer aflorar as exigências postas pelo contexto sócio-político a quem está diante de uma opção séria e deseja ser fiel ao Evangelho.

**Frei Carlos Mesters, O. Carm.**, coloca diante de nós o espelho da vida e da luta de Elias, apresentando-nos as três vias pelas quais o profeta tentou restabelecer a justiça no meio do povo: o caminho da justiça, o caminho da solidariedade e o caminho da mística. Denunciando as causas da injustiça, acolhendo os empobrecidos e animando a fé do povo de Deus. Elias luta pela transformação da sociedade, pela renovação da comunidade e pelo despertar de uma nova consciência, nascida da certeza da presença de Deus no meio do povo.

Neste mês de abril celebramos mais uma vez a Páscoa do Senhor. **CONVERGÊNCIA** deseja a seus leitores uma renovada esperança na Ressurreição. Enquanto lutamos contra todas as formas de morte e nos doamos “para que todos tenham vida”, alimente-nos a certeza de que não a morte mas a VIDA é o nosso futuro.

**Irmã Delir Brunelli, PIDP**



## QUARESMA 1984

Caros irmãos e irmãs em Cristo,

Quantas vezes lemos e ouvimos o questionante texto do capítulo 25 do Evangelho segundo São Mateus: "Quando o Filho do homem vier em sua glória..., dirá...: Vinde, benditos de meu Pai... porque tive fome e me destes de comer..."

Sim, o Redentor do mundo conhece e partilha toda sorte de fome dos homens seus irmãos. Ele sofre com aqueles que não podem nutrir o corpo; com todas as populações vítimas da seca ou de más condições econômicas; com todas as famílias atingidas pelo desemprego ou pela precariedade de trabalho. E, todavia, a nossa terra pode e deve nutrir a todos os seus habitantes, das crianças em tenra idade a todas as categorias de trabalhadores, até as pessoas idosas.

Cristo sofre, igualmente, com aqueles que são legitimamente famintos de justiça e de respeito pela própria dignidade humana; com aqueles que são privados de suas liberdades fundamentais; com aqueles que são abandonados ou, pior ainda, explorados em sua situação de pobreza.

Cristo sofre com aqueles que aspiram a uma paz justa e geral, enquanto ela é destruída ou ameaçada por tantos conflitos ou pelo rearma-

mento absurdo. É permitido esquecer que o mundo é para ser construído e não para ser destruído?

Em uma palavra, Cristo sofre com todas as vítimas da miséria material, moral e espiritual. "Tive fome e me destes de comer...; era peregrino e me acolhestes...; estava doente e me visitastes; preso e viestes ver-me" (Mt 25,35-36). No dia do Juízo, estas palavras serão dirigidas a cada um de nós, mas desde já nos interpelam e nos julgam.

Dar do próprio supérfluo e também do necessário nem sempre é um impulso espontâneo da nossa natureza. E é justamente por esta razão que devemos abrir incansavelmente os olhos fraternos sobre a pessoa e a vida dos nossos semelhantes, avivar em nós mesmos esta fome e sede de partilha, de justiça, de paz, a fim de passarmos realmente a ações que contribuirão para socorrer as pessoas e as populações duramente provadas.

Caros irmãos e irmãs, neste tempo de Quaresma do Ano Jubilar da Redenção, convertamo-nos ainda, reconciliemo-nos mais sinceramente com Deus e com nossos irmãos. Este espírito de penitência, de partilha e de jejum se traduza em gestos concretos, aos quais vossas Igrejas locais certamente vos convidarão.



“Cada um dê como dispôs em seu coração, sem pena nem constrangimento, pois Deus ama a quem dá com alegria” (2 Cor 9,7). Esta exortação de São Paulo aos Coríntios é, de fato, atual. Possa cada um experimentar profundamente a alegria pelo alimento partilhado, pela hospitalidade oferecida ao peregrino, pela contribuição dada à promoção humana dos pobres, pelo trabalho conseguido para os desempregados, pelo exercício honesto e corajoso das próprias responsabilidades

civis e sócio-profissionais, pela paz vivida no santuário familiar e em todas as vossas relações humanas. É tudo isso o amor de Deus ao qual nos devemos converter. Amor inseparável do serviço, não raro urgente, ao nosso próximo.

Esperemos — e façamos por merecer — poder ouvir de Cristo, no último dia, que na medida em que tivermos feito o bem a um dos menores de seus irmãos, foi a Ele que o fizemos!

## EVANGELIZAÇÃO E SERVIÇO AOS POBRES

*Aos Presidentes e Secretários das  
Conferências dos Superiores e das  
Superioras Gerais da Europa, no  
dia 17/11/1983.*

“Na hora atual, o Evangelho deve ser anunciado a um mundo que sofre de fome e de diversas privações. . . . É necessário que os religiosos não se deixem seduzir pela busca do conforto e pelo egoísmo de tantas pessoas que os rodeiam, nem fechem os olhos às categorias sociais mais desfavorecidas e às regiões que vivem na miséria. Eles devem, pela sua disponibilidade e pelo seu desinteresse, colocar-se ao **serviço dos pobres** de todo o gênero. Não desejo insistir mais, pois sei bem até que ponto numerosos Institutos, bem como muitos religiosos e religiosas, têm hoje a preocupação de viver pobremente e entre os po-

bres que a nossa sociedade rejeita. Este testemunho não impede que se assumam responsabilidades que sejam também um serviço. Com efeito, **a ação educativa e social dos Institutos**, de acordo com o seu carisma próprio, reconhecido pela Igreja, e em colaboração orgânica com os leigos, continua sempre atual, sobretudo se os religiosos mantiverem a preocupação pelos pobres, pelos marginalizados, pelos emigrados, pelos refugiados, etc. A sua ação neste sentido é mais do que nunca uma necessidade para a evangelização, constituindo a manifestação visível do amor de Deus pelo homem”.



# INFORME

## CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

---

### QUARTA ETAPA DO PRO-FOCO

Mais uma etapa do **PRO-FOCO** reuniu, de 1º a 15.10.83, em Petrópolis, no Convento Madre Regina, cerca de 50 religiosas de Vida Contemplativa. ("Convergência" de setembro de 1982 e de abril de 1983 já informou a respeito do PRO-FOCO: o que é, seus objetivos, seu programa).

A missa de abertura foi presidida pelo Pe. Carlos Palácio SJ. Em sua bela homília, ele lembrou que a Vida Contemplativa deve ver a realidade com olhos profundos, fixos na glória de Deus, e um coração que pulsa em sintonia com as necessidades dos irmãos.

Os trabalhos foram iniciados com as Boas Vindas que Ir. Maria Vilani Rocha de Oliveira, FHIC, Secretária Executiva da C.R.B. Nacional, apresentou ao grupo.

Em seguida, tivemos a palavra tão esperada do Ir. Claudino Falquetto, novo Presidente da C.R.B. Nacional. Ele notou que sua presença no Curso era a sua primeira atividade como Presidente da CRB Nacional (isto foi motivo de alegria para todo o auditório). Entre outras coisas, lembrou que a Vida Contemplativa deve caminhar com a Igreja; que deve responder ao que Deus e a Igreja lhe pedem hoje. E que a renovação da vida religiosa começa pelas formadoras.

Apresentado ao grupo pelo Presidente, **Pe. Palácio** começou logo suas aulas: densas, empolgantes e cheias de desafios. Falou sobre Cristologia, Fé e Eucaristia, durante 3 dias. (A escassez do tempo e a grande extensão da matéria obrigaram os professores a fazer uma opção no sentido de limitar os aspectos abordados).

— Em **Cristologia**, focalizou a vida histórica de Jesus Cristo como lugar da revelação de Deus e o solo onde teve origem a fé cristã.

— A **Fé** foi apresentada como resposta à Revelação de Deus na história. Não se trata em primeiro lugar de uma adesão à verdade, mas de uma experiência que envolve a totalidade da vida.

— **Eucaristia**: um dos aspectos que mais impressionaram foi o da Eucaristia como memória da irreversível doação de Jesus para a vida do mundo; a verdadeira participação na Eucaristia implica um deixar-se incorporar em Cristo, um doar-se como Jesus para a vida do mundo.

Numa tarde, **Fr. Fernando Figueiredo, OFM**, falou sobre **Mariologia**. Foram abordados aspectos bíblicos e teológicos, mostrando que é no interior



do mistério do Cristo que se compreende a beleza e a grandeza de Maria.

O 6º dia foi de retiro. **Fr. Alberto Beckhauser**, OFM, fez, pela manhã, uma palestra sobre a importância do retiro mensal e do retiro anual; à tarde, falou sobre **Oração**.

Durante dois dias **Pe. Cleto Caliman**, SDB, apresentou **Eclesiologia**. Respondendo a perguntas levantadas pelas participantes, abordou aspectos da realidade eclesial latino-americana (opção preferencial pelos pobres, Igreja popular, sacerdócio ministerial, etc.). Estudou a "Lumen Gentium".

**Pe. João Fagundes**, CSSR, apresentou, durante três dias, a **História da Igreja** desde os Apóstolos até João Paulo II. Essa visão seguida da História da Igreja foi de grande proveito para as cursistas. Ajudou-as a relativizar as dificuldades da Igreja de hoje e animou-as a caminhar com a Igreja na busca de respostas de vida aos desafios do mundo de hoje.

Os três últimos dias foram confiados ao **Pe. Alberto Antoniazzi** para falar sobre **Temas do Magistério**. Começando pela "Gaudium et Spes", chegou até "Puebla", passando pela "Populorum Progressio", "Medellín", "Octogesima Adveniens", "Justiça no Mundo" e

"Evangelii Nuntiandi". Foram lembradas também a "Redemptor Hominis", a "Dives in Misericordia" e a "Laborem Exercens". Esse estudo permitiu ver a evolução da posição da Igreja em relação ao mundo (o que já havia sido preparado pelo estudo da História da Igreja) e compreender a situação atual da Igreja na América Latina.

Num horário de recreio, à noite, a pedido das participantes, **Fr. Sebastião Kremer**, OFM, canonista, fez uma palestra sobre o **novo Código de Direito Canônico**.

A IV etapa do PRO-FOCO chegou ao seu fim na manhã do dia 15, reservada para avisos e programação da V e última etapa. As participantes se despediram levando a responsabilidade de multiplicar o curso nas suas comunidades. Em todas se percebia a gratidão à CRB pela excelente oportunidade que lhes é dada no PRO-FOCO: Oportunidade de convívio fraterno; troca de experiência; estudo, reflexão e oração; de aprofundamento da vida, formação e cultura religiosa; do conhecimento da Igreja e do mundo de hoje e das exigências que ambos fazem à Vida Contemplativa.

**Ir. Maristella Matos**

Mosteiro de N. Srª das Graças, B.H.

## DE ROMA PARA A CRB NACIONAL

Roma, 25 de outubro de 1983

Prot. n. AG. 194-3/83

Querido Padre Décio:

Ao regressar a Roma encontrei a sua delicada carta datada do dia 5 de agosto u.p. com a documentação referente à XIII Assembléia Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil (C.R.B.).



Na minha visita no Brasil, em particular na participação à Assembléia Geral, pude experimentar, com alegria, a sincera amizade que me manifestaram os Religiosos brasileiros e notar, no mesmo tempo, a vitalidade da Conferência, a qual, em sua dinâmica atividade soube suscitar numerosas iniciativas em prol da formação e do apostolado dos Institutos Religiosos.

Em modo todo especial exprimo minha gratidão à C.R.B. pelos zelosos cuidados dedicados às Irmãs claustrais, oferecendo-lhes a possibilidade de aprofundar a verdadeira dimensão eclesial da vida contemplativa, mediante as sucessivas etapas do Curso para Formadoras (Pro-Foco) como elas mesmas expressaram-se na síntese final à conclusão da terceira etapa, afirmando que o Curso foi "muito estimulante para a nossa caminhada, revelando sempre melhor a nossa identidade contemplativa, ajudando-nos a viver no plano salvífico de Deus e a colaborar na história da vida religiosa".

Desejo portanto exprimir-lhe, querido Padre Décio, minha pessoal gratidão e a deste Dicasterio pelo generoso serviço que, com admirável dedicação, ofereceu à Igreja durante o seu mandato como Presidente da C.R.B. em favor da vida consagrada no Brasil; trabalho que certamente continuará com o mesmo zelo o novo Presidente Irmão Claudino Falchetto, F.M.S. juntamente com a nova Diretoria.

Aproveito, além disso, para notificar-lhe que já recebi o que cortezmente me enviou. E agradeço de coração pelo cuidado e pela diligência no trabalho feito.

Peço-lhe queira aceitar a expressão de minha sincera estima e afeto e cumprimento cordialmente.

Em Cristo e em Maria Santíssima

**E. Card. Pironio, Pref.**

## **SÃO LEOPOLDO MANDIC, APÓSTOLO DA RECONCILIAÇÃO**

Neste Ano Santo Extraordinário que estamos acabando de celebrar e que ofereceu a todos uma ampla ocasião de conversão e renovação espiritual, tivemos a alegria de ver colocado, para a edificação de toda a Igreja, o exemplo de Frei Leopoldo Mandic, confessor infatigável, testemunha da misericórdia de Deus, doador aos homens do perdão divino.

Sua vida desabrochou no dia 12 de maio de 1866, na católica Croácia, precisamente em Castelnuovo (Herzeg Novi), nas Bocas de Cáttaro, no litoral da Dalmácia. Último de doze filhos, recebeu educação esmerada de seus pais, Antonio Estêvão Mandic e Carolina Zaveric. Aos dezesseis anos, sentiu como sua vocação pessoal chamar os povos orientais de volta a Roma e resolveu abraçar a vida franciscana, na Ordem dos Capuchinhos. Entrou no seminário de Údine em 1882, vestiu o hábito em 1884, cursou louvavelmente filosofia e teologia e foi ordenado pres-



bítero a 20 de setembro de 1890. Sempre desejou voltar à terra natal e, como missionário, reconduzir muitos de seus conterrâneos, dissidentes orientais, à união com a Igreja. Mas a fragilidade de sua constituição física e a precariedade de sua saúde não o permitiram. Durante 33 anos escondeu sua vida sacerdotal no segredo de um pequeno confessionário, em Pádua, para dizer aos homens arrependidos que Deus é Pai, que Deus perdoa e faz uma grande festa para o filho que retorna. Expirou no Senhor no dia 30 de julho de 1942. Seu corpo descansa em Pádua, ao lado da igreja dos Capuchinhos, bem perto da cela-confessionário que permaneceu incólume apesar do bombardeio aéreo do dia 14 de maio de 1944. O mesmo Frei Leopoldo dissera: "Aqui Deus usou de tanta misericórdia às almas! Deve permanecer como monumento de sua bondade". Sua canonização ocorreu no dia 16 de outubro de 1983, durante o Sínodo da Reconciliação e da Penitência.

A canonização de Frei Leopoldo Mandic foi um presente que a Igreja ofereceu aos sacerdotes, aos consagrados na Vida Religiosa e ao povo santo de Deus. Todos, olhando para este santo, definido por Paulo VI como "uma irradiação do Evangelho de Cristo, uma frágil, popular, mas autêntica imagem de Jesus", compreenderão melhor e poderão saborear quanto confessam no Credo: "Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica; professo um só batismo para o perdão dos pecados".

Frei Leopoldo, o Santo do Amor de Deus, da Esperança e da certeza do Perdão.

**Frei Adelino Frigo, Capuchinho**

## **APELO MISSIONÁRIO DE OUESSO — CONGO**

Dom Itoua Hervé, primeiro bispo de Ouessou, Congo, teve a oportunidade de encontrar D. Ivo Lorscheiter em Roma. Nesta ocasião, referindo-se às dificuldades de sua diocese, pediu a D. Ivo a ajuda de missionários (sacerdotes e religiosas) para um trabalho pastoral em sua diocese.

A diocese de Ouessou possui 125.000 km<sup>2</sup>, com cerca de 100.000 habitantes e situa-se numa região de florestas e pântanos. As cidades estão distantes umas das outras, as estradas são difíceis e as vias de comunicação por via fluvial são perigosas em épocas de tempestades.

Na carta que enviou a D. Ivo, Mons. Hervé lembra o pedido de missionários brasileiros e faz um apelo ao espírito missionário de nossos sacerdotes e religiosos para uma contribuição e partilha do trabalho.

Há na diocese apenas cinco sacerdotes e cinco religiosas e D. Itoua Hervé gostaria de confiar a orientação de uma ou duas paróquias a missionários do Brasil. Existe, ainda, a possibilidade de um trabalho no Seminário cuja construção está em projeto.

**Ir. Hedviges Giacomozzi, m.c.**  
Assessora da Linha 2 — CNBB

## **CALVARIANAS: 150 ANOS DE FUNDAÇÃO**

Neste Ano Santo 1983-1984, as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário estão comemorando os 150 anos da funda-



ção. Na fonte do carisma, a Cruz, em sua significação universal.

1833 — Após um retiro em Rocamadour, antigo santuário da Europa, dedicado a Nossa Senhora, e que parece remontar a Zaqueu, quatro jovens de Gramat — França, fazem o voto de se consagrarem a Deus na vida religiosa, para o serviço dos pobres e a educação das crianças. É o início da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, fundada pelo Padre Pedro Bonhomme, vigário de Gramat, missionário e restaurador espiritual da peregrinação de Nossa Senhora de Rocamadour.

À sua morte, em 1861, a Congregação contava cento e oitenta e uma religiosas, enviadas em várias dioceses. Era desejo do Padre Bonhomme que a Congregação não se especializasse em nenhuma missão particular. "Quero que minhas filhas sejam aptas a todas as necessidades que a humanidade reclama, mesmo que seja no fim do mundo."

Em 1906, a Congregação implanta-se no Brasil com a criação de um hospital em Pouso Alegre MG, e pouco depois de um colégio em Campinas, SP. Em 1907, algumas Irmãs partem para a Argentina, e abrem em Santa Fé uma escola que se desenvolve rapidamente. Multiplicam-se as fundações nos dois países, respondendo às necessidades da Igreja da América Latina.

E quando, em 1935, Monsenhor Rey, bispo de Guajará-Mirim, lança o apelo missionário da Amazônia, três Irmãs francesas e duas brasileiras vão fundar o primeiro posto em plena floresta equatorial. Verdadeira epopéia missionária, marcada pela cruz com a morte

súbita da Irmã Maria Agostinho, a jovem brasileira Amabile Righetto. Mais tarde, em 1959, é Pio XII que dirige à Igreja universal seu apelo veemente na Encíclica "Fidei donum". A Congregação envia Irmãs para a Costa do Marfim, onde fundam sucessivamente três comunidades, em Soubré, Issia, e Guibéroua, assumindo escola, dispensário, animação paroquial.

Hoje, as Calvarianas fiéis às suas origens, "querem viver a Consagração religiosa na Alegria das Bem-aventuranças, que o Fundador lhes deu como Regra de Vida" (Const. 3). O Padre Bonhomme lembrava às suas filhas que "Jesus Cristo considera os cuidados que damos aos pobres e doentes, como sendo prestados a Ele mesmo."

O Padre Bonhomme insistia em que colocassem em Deus uma confiança ousada e sem limites, que não se desconcerta com nenhuma provação. A presença Calvariana junto aos irmãos sofredores será sinal do Amor de Jesus Cristo, e daquela esperança que flui da contemplação do mistério Pascal.

Nas notas de um retiro que fez na Trapa, encontramos estas palavras marcantes: "Meu modelo será JESUS CRISTO. Quem ama, quer assemelhar-se." Assim, a intimidade com Jesus Cristo, aprofundado na oração, há de modelar-nos e revelar-nos seu amor. Na ação de graças deste Sesquicentário, as Irmãs sentem-se felizes de sua vocação na Igreja, e vivenciam mais intensamente que são responsáveis na sua medida por esse povo de Deus sempre em marcha.

**Ir. Maria da Trindade, Calvariana**



# ASSUMIR OU NÃO PERDER?

## *Testemunho de uma jovem em formação*

Ecoa fortemente o compromisso da Igreja na América Latina: opção preferencial pelos pobres. Opção apaixonante que se concretiza em testemunhos corajosos e convincentes; opção que atrai, que questiona, que provoca e expressa claramente a vontade de Deus. O Senhor, que outrora ouviu os clamores do seu povo no Egito, é o mesmo hoje, não está caduco ou surdo mas, na sua Eterna Juventude, no seu Infinito Amor, envia outros Moisés.

Esta opção na Vida Religiosa é também uma grande graça e exige de nós resposta e acolhimento a esta graça que é também forte apelo. Toda a repercussão desta opção enche muitos corações de esperança: Deus sempre manifestou sua força nos pequenos, nos fracos, na loucura da Cruz.

A nossa sociedade humana, que atingiu tão grandes avanços técnicos e científicos, tem muito que aprender com o pobre. Seu despojamento não deteriorou seus melhores valores, enquanto o ter constitui forte risco para o ser. Este preferido de Deus aponta o caminho para a Civilização do Amor, que é certamente a civilização da partilha e do despojamento, onde se aprende a viver com o essencial, a simplificar a vida e a devolver à pessoa humana a dignidade que lhe foi roubada: grande dom do Criador que nos fez à sua imagem e semelhança.

Lendo o artigo do Fr. Clodovis Boff "Os pobres são nossos mestres", chamaram-me à atenção estas afirmações:

"Assumir o modo de ser do povo... assumir sua alma..." Para mim, jovem religiosa de origem popular, e para muitos formandos também de origem simples, surge outro desafio: FIDELIDADE ÀS ORIGENS. É este o apelo do Senhor para nós: não perdermos as riquezas e os valores de toda uma vivência anterior.

Certamente não entramos para a Vida Religiosa para sermos promovidos, subirmos de classe e respirarmos aliviados porque as injustiças sociais não nos atingem com a mesma força que aos demais. O chamado do Senhor, que nos fez deixar tudo e segui-lo, traz em si a exigência de não deixarmos, de não perdermos nossas raízes. Perder as raízes é perder-se e não ter nada para oferecer ao Senhor no serviço dos irmãos.

Esta fidelidade às origens é responsabilidade que cabe primeiro a nós, mais que aos formadores. Sobre eles pesa, muitas vezes, todo um acultramento de anos de Vida Religiosa, de uma formação que os desenraizou e lhes deu em troca elementos culturais de um país diferente, onde foi fundada a Congregação. É um desafio exigente, pois o desenraizamento pode ter atingido, em primeiro lugar, a nossa família; quantas famílias saem de seus "pedacinhos de chão" em busca de melhores condições de vida nas cidades grandes.

O contato com o lugar de origem da nossa família é sempre uma experiência esclarecedora: podemos nos sentir em casa apesar de nunca termos morado lá e mesmo vivido aquele tipo de vida, ou ainda podemos achar tudo tão estranho e isto é indicador de quão definitivo foi o desenraizamento e que



nossos pais também viveram o despojamento de seus valores, sofreram muita violência para trocar o ritmo de paz e de mansidão das cidades interioranas pelo ritmo agitado das cidades.

Por que consentir em perder o que nunca deveria ter sido perdido? Hoje, é por fidelidade evangélica que se busca recuperar as raízes. É urgente colocar-se diante do Senhor para que ele nos ensine o sentido da encarnação. Jesus não precisou inserir-se, ele nasceu inserido. Nós precisaremos nos preocupar com inserções? Impressiona-me quando, conversando com religiosos ainda jovens, percebo a angústia que vem do desejo de serem fiéis a Deus e, ao mesmo tempo, se sentirem distantes do seu povo por causa da formação recebida. Quero, encerrando este testemunho, convidá-los a refletir, diante de Deus, sobre alguns pontos. O Senhor nos infundirá coragem para que possamos realmente testemunhar nosso amor por ele, amando-o nos seus preferidos.

#### AOS FORMANDOS:

— Como participamos de nossa formação?

— Temos coragem de questionar tudo que possa nos desenraizar?

— Mostramos entusiasmo e interesse pela Cultura Popular?

— Como reagimos diante de uma cultura que nos é imposta (em nível nacional), desvalorizando e sufocando a nossa?

— Como acolhemos nossos companheiros de caminhada? Se eles são do

Nordeste, temos atenção para valorizar sua cultura e não repetirmos as diferenças que existem?

— Quando somos solicitados para fazer um curso superior, assumimos este desafio e lutamos por esta causa também na faculdade? Usamos este instrumento para nos colocarmos ainda mais a serviço do nosso povo?

#### AOS FORMADORES:

— Como é vista a participação mais ativa dos formandos: é acolhida ou representa uma ameaça?

— Para vocês, quem questiona quer destruir ou vocês compreendem que, por trás de cada questionamento, pode haver um grande amor, o desejo de construção e de coerência ao Evangelho? Sabem que o Evangelho pode perder um pouco ou muito de sua força por causa do peso das estruturas que, muitas vezes, se deslocam de seu lugar secundário e ocupam o primeiro lugar?

— A formação oferecida aos jovens permite que eles se sintam livres, que "sejam eles mesmos"?

— Há revisões periódicas da formação? Nestas revisões, que peso é dado às opiniões dos formandos?

Maior partilha, co-responsabilidade, inter-ajuda e busca sincera e humilde de resposta ao apelo do Senhor, tanto de nossa parte como dos nossos irmãos que caminharam mais, permitirão ao Senhor operar maravilhas na humildade de seus servos.

**Terezinha das Neves Cota**



# OBEDIÊNCIA

## EM TEMPO DE LIBERDADE

*Importa mais obedecer a Deus do que aos homens, At 5,29.*

**Pe. Spencer Custódio Filho, SJ**

Paris, França

Mais que em outros momentos da história, vêm os dias de hoje uma crescente afirmação de que a realização plena da vida está na sempre maior liberdade. Expressa-se esta, por sua vez, na possibilidade de estruturar a própria existência, no estabelecimento de vínculos segundo suas livres preferências e pela imediatibilidade dos impulsos. É natural, portanto, surgir a questão de saber-se como conciliar este estímulo para a liberdade com o apelo dirigido a todos os cristãos para a obediência e que, para os religiosos, ganha contornos ainda mais específicos pela vinculação através de um voto. O presente artigo pretende apenas apontar alguns elementos de reflexão em torno do sentido teológico da obediência que somos chamados a viver hoje na Igreja. Ora, cremos que não se pode pensar teologicamente senão a partir de uma vida, de uma comunhão de fé e de amizade compartilhadas. Eis porque resulta esta reflexão do encontro de muitos textos recentemente publicados, bem como de questões suscitadas em diferentes cursos para reli-

giosos e religiosas no CERNE e CETESP. Duas influências maiores devem aqui receber seu agradecimento: Pedro Arrupe, da Companhia de Jesus, e Fábio Augusto Pereira, jovem leigo cristão, que proporcionaram espaços para ir mais longe dentro da liberdade na obediência.

É essencial, desde logo, afirmar a natureza do ato de obediência. Nele existe uma dimensão inafastável que é ser realizado por alguém consciente, autônomo e responsável. Só assim se pode falar em ato humano e, portanto, cristão. A mera submissão "de cadáver", como já se usou dizer, pouco parece ter de comum com a virtude da obediência, embora colocá-la num eixo moral e místico tenha sido sempre uma das formas preferidas para manter os súditos em posicionamentos não-críticos de acatamento da autoridade como tal. Com isso, o problema da obediência deslocou-se do plano espiritual para o plano político-ideológico, conformando-se o seu sentido com o mutável contexto sócio-cultu-



ral-eclesial em que se achava inserido. Mesmo em tempos atuais é possível ouvir-se falar em “lamentáveis desvios” no que toca à obediência, e que tem como critério de leitura uma concepção deduzida de um subjacente sistema metafísico-social com caráter comportamental definitivo e invariável, para o que se invoca, prudentemente, uma lei natural perene e abundantes indicações evangélicas selecionadas segundo a mente de seus autores.

Uma outra tentativa de simplificar a questão, a seu turno, leva a afirmar que a Igreja não é uma democracia, esquecendo-se, com certa ligeireza, de que, no curso da história, ela se baseou muito nas estruturas dos regimes políticos em que vivia. Seria correto, pergunta-se, pensar que a natureza específica da Igreja, e mesmo da vida religiosa, lhe impõe um modo de funcionar mais próximo dos regimes totalitários do que de uma **comunhão** resultante de intensa **participação** em seus mais variados níveis? É patente, na atualidade, o impulso para passar-se de uma autoridade **cônica** para uma autoridade **esférica**. No modelo cônico, o superior era considerado como quem transmite a vontade de Deus comunicada por intermediários organizados segundo uma linha hierárquica descendente. Na autoridade esférica, o superior, como centro, capta os movimentos da periferia e define o lugar geométrico de cada ponto; o centro e a periferia, entretanto, são referidos conjuntamente ao apelo de Deus Pai em Jesus Cristo. Na autoridade cônica a vontade do superior era a única razão reta, constitutiva e ma-

nifestativa da norma de consciência por participar diretamente da lei divina; na perspectiva esférica, a vontade do superior é a cristalização do discernimento do Espírito que toca a esfera toda, tanto em seu centro como na periferia. Entendamo-nos, entretanto, desde logo: não se pretende aqui propor uma simples projeção de modelos ou mecanismos ditos “democráticos” para a vida interna da Igreja e das ordens religiosas. Queremos, isto sim, com toda honestidade, perguntar pelo sentido último da obediência como seguimento de Jesus Cristo numa prática de liberdade.

Numa perspectiva cristológica este primeiro dado é fundamental para compreender-se que a obediência não é virtude exclusiva dos súditos, mas de igual forma, e talvez mais caracteristicamente ainda, do superior. Em certo sentido todos — superiores e súditos — são subordinados ao bem maior da construção do Reino. O fim a que se propõe a obediência cristã como mediação, não é a santificação pessoal mas a fecundidade da vida cristã na sociedade. Há, conseqüentemente, uma indispensável complementariedade das diferentes instâncias de responsabilidade, já que o Espírito não é privilégio específico de nenhuma delas.

## 1. A Obediência de Jesus.

Nos textos fundamentais do Novo Testamento (Fil 2,6-11; Rom 5,19; Heb 5,8) o termo técnico utilizado para referir-se à obediência de Jesus, principalmente por Paulo, é o substantivo **hypakoé**, bem como



o adjetivo **hypékoos**. O significado de ambos, menos do que uma atitude de cumprimento de ordem, procura expressar um modo de existir que reflete o relacionamento histórico entre Jesus e Deus Pai.

Para Jesus, o centro de sua vida é fazer a vontade do Pai, buscada e discernida na experiência do cotidiano. O oposto é fazer a vontade dos homens, a começar pela própria, pois liberdade não é independência mas unidade com Deus. Não sou "livre" para fazer o que quero, atendendo a todos os impulsos (o que implicaria finalmente em estar submisso ao transitório), mas sim para **escolher** (e para isso preciso discernir em liberdade) aquilo que melhor conduz à plenitude de existência, o que, para o cristão, se cristaliza na fórmula "reencontro da criatura com seu Criador". Isto se dá pela comunhão efetiva com o Ser através do dom recíproco com outro ser concreto, que se transforma em mediação e lugar privilegiado da reconstrução da unidade criatura-Criador rompida pelo pecado.

Em sua pregação Jesus vai insistir no "dever" de cumprir a vontade de Deus, que é oferecimento de salvação e ao mesmo tempo exigência moral. Por isso não basta ouvir a mensagem; é preciso também agir (cf. Mt 5,21-48; Lc 6,20-49). A própria oração de Jesus põe em evidência essa preocupação central: que venha o reino de Deus, que se cumpra a Sua vontade na terra e sejam superadas todas as resistências contra o Seu reino (Mt 6,9-13). Os verdadeiros discípulos são os que cumprem a vontade do Pai (Mt 7,21; Mc 3,31-35).

Como conhece Jesus a vontade de Deus? Ao que tudo indica, ouvindo a voz do que clama no deserto, pondo-se em Êxodo em relação à sua terra, família, convicções, seguranças, para consagrar-se inteiramente à **missão**. Neste horizonte se dá o descortínio da vontade do Senhor Deus.

Outro traço importante é ocorrer esta revelação da vontade divina ao Deus incarnado da mesma forma que se dá para qualquer um de nós: através da voz de um homem. Jesus percebe na voz de João a de Deus; as palavras de um semelhante que cruza o caminho de sua vida lhe revelam os desígnios do Senhor. Não é sem razão que os Evangelhos assinalam o início da etapa apostólica pelo sacramento recebido do Batista. É assim natural a continuidade entre João e Jesus, e essa forma de proceder repete-se na seqüência dos acontecimentos. Quase como regra vai Ele reagir àquilo que os homens lhe pedem ou dizem: pessoas que encontra no caminho (Mc 1,23; 3,1), ou que vêm até Ele (Mc 1,40; 3,10; 5,2; 5,27; 10,47), ou até são trazidas (Mc 6,55; 7,32; 8,22; 9,17). Quando recebe um mandado do céu, Jesus o percebe por vozes que soam aqui na terra e que podem ser ouvidas também por outros, e não por causa do privilégio de uma iluminação especial.

Mais ainda, a obediência de Jesus relaciona-se com o desafio do momento; com os acontecimentos de uma vida onde nada se perde. Não é reprodutiva mas criadora; encarna a liberdade humana e favorece a esta, a alegria, a distensão. É um qua-



dro que leva a relativizar a lei como se fora um absoluto, ainda mais quando representa a vontade dos homens mascarada como normas que auferem sua autoridade de uma antiga tradição (cf. Mc 7,5-13; Lc 14,1). Vem daí que o exercício da obediência/autoridade em Jesus seja marcado por profunda misericórdia e percepção do valor essencial: o amor. Porque muito ama, muito lhe será perdoado... É uma convocação à obediência que visa salvar e curar.

Finalmente devemos acentuar que a obediência em Jesus não é passividade; manifesta-se, porém, na atividade e na criatividade. No relato da paixão, por exemplo, não se pretende expor a mística do sofrimento, desejo de morrer ou cansaço da vida. O "ser preciso" que aí encontramos refere-se à vontade de Deus, vontade que determina o caminho da vida de Jesus, e à qual Ele quer obedecer. É uma forma suprema de liberdade no seguimento que torna o homem tão coerente que desaparecem os limites traçados por eventuais consequências de suas ações. É o quadro definitivo da vocação ao martírio livremente assumido.

## **2. Obediência e Vontade de Deus.**

Na evolução histórica da cristologia houve um desvio de acento encaminhando-a para uma especulação sistemática onde a referência à vida concreta de Jesus tornou-se cada vez mais ausente. A virtude da obediência nela refletida transformou-se em um modelo moral ascético-religioso deslocando-se para

submissão a homens reconhecidos, por cargo ou função, como privilegiados interlocutores da divindade.

Se elaboramos nossa reflexão, todavia, a partir da relação histórica de Jesus de Nazaré com Deus Pai, e de sua consciência progressiva na dedicação exclusiva ao serviço do Reino, a obediência vai aparecer como mediação desta finalidade. Nela Jesus vive simultaneamente sua união com o Pai do qual, ao mesmo tempo, se distingue pela dependência que dele tem (ser filho, ser relativo a), expressada numa atitude ativa e dinâmica de risco num futuro que lhe é desconhecido. Por esta razão mesma, a esta ética da missão se antepõe para nós, necessariamente, o momento teológico de um apaixonar-se por Jesus Cristo, revelador do Pai, que nos arrebatara.

Sendo a obediência uma mediação, um "instrumento para", tem ela um caráter abstrato que gera um quadro tensional se necessário expressar, concretizar a "vontade de Deus" num quadro de situações mutáveis. Historicamente, para prevenir as dificuldades de um terreno tão instável, desde Pacômio multiplicaram-se regras e normas. A ligação da lei ao ato particular, entretanto, é feita por aquele que decide. Como será então possível certificar-se de estar em consonância com a vontade de Deus?

Uma interpretação mística e jurídica da autoridade afirma que a vontade de Deus necessita da instância de um mediador, de um "alter", que é o superior. Mística por considerar este como titular do carisma do discernimento; jurídica



porque o superior proclama a vontade de Deus no seio de um sistema de referências objetivas, leis e tradições da Igreja. Ora, a obediência a um tal superior não pode ser isolada da situação social do grupo e do próprio condutor do mesmo, marcados ambos, quase sempre, por posicionamentos ideológicos. Inúmeras manifestações, mesmo recentes, de vários estamentos da hierarquia sobre assuntos extremamente controvertidos, trazem nítida esta característica. Seria então de admitir-se como absoluto divino aquilo que, por si, é perfeitamente relativo?

O quadro a ser considerado é a Igreja em sua totalidade. Nela não existe uma vanguarda, a hierarquia, concebida como sua consciência ou feroz guardião de ortodoxia. Ao contrário, a Igreja é o lugar onde sacramentalmente se significa e fraternalmente se vive a ação do Espírito. Isto ocorre através de uma estruturação em diversos tipos de múnus onde todos vivem a obediência em sentido místico, que consiste no exercício de liberdade na renúncia a seu interesse próprio em função do crescimento do corpo da Igreja universal. Dentro desse espaço, o ato de obediência como ato de liberdade será um momento de conversão para o súdito e, de modo especial, para o superior, que é separado especificamente para isso. Conversão que é renúncia lúcida e racional, na fé, à própria perspectiva para perceber a do outro que, a priori, não é nem depreciada nem superestimada. O ato de obediência não exige o sacrifício da razão, nem que se renuncie à coerência da fé; exige sim que se abandone interes-

ses narcísicos, ainda que coletivos. Da experiência da própria pequenez surge a obediência. Trata-se aqui de renunciar a toda segurança que nos possa vir de uma presença nossa à realidade pela conformação desta ao modelo de um carisma previamente desenhado. O objetivismo do serviço implica não só a crítica de todo subjetivismo individual, mas o abandono consciente de todo modelo fixo para o acolhimento e a frutificação do carisma. Aqui o sentido da conformidade com Cristo na obediência: profunda humildade, libertação do terreno ambíguo da nossa vida subjetiva, que permite mergulhar nas tarefas dos homens em sua dolorosa subida para um ser-mais que concretiza, no tempo, as energias de redenção que nascem da cruz do Senhor. Dar testemunho dessa cruz em face da indiferença, da incompreensão ou mesmo da revolta dos homens, referindo seus valores autênticos à fonte que é Jesus, tal a real humildade que a objetividade da missão nos impõe, e que a torna expressão da encarnação.

Para isto é indispensável que o movimento de des-centrar-se na procura da vontade de Deus ocorra em um processo **comunicável, discutível e negociável**. Na sua sequência o superior é UM (e não O) dos elementos na procura das mediações históricas concretas mais compatíveis com o Reino. Admitindo que o responsável eclesial representa Deus ele o faz em um espaço definido, circunscrito e, por conseguinte, deve exprimir ao indivíduo e à comunidade os elementos de sua decisão, deixar-se ajudar por todos que podem iluminar o discernimento obe-



diencial. Só assim o superior pode devidamente dar a colaboração própria dele, assumindo a gravíssima obrigação de usar com responsabilidade o poder que é serviço de mando. Não se trata evidentemente de uma autoridade diluída na coletividade: trata-se de um auxílio real e positivo que a coletividade presta ao superior com sua ajuda dinâmica e espiritual, para que o mesmo cumpra seu serviço de governo.

Desde São Paulo a Igreja sempre confessou que Cristo liberta. Essa liberdade tem que se expressar, ser verificável nas relações entre os crentes, leigos ou não, e os responsáveis pela comunidade. O direito deve aí garantir as regras da negociação definida pela coexistência compartilhada sob o horizonte de uma mesma finalidade: a de assegurar a fraternidade no seio da comunidade como antecipação do Reino e testemunhar o Evangelho. É por isto mesmo que nem tudo deve ser mandado, nem tudo é matéria de obediência, e sim aquilo que efetivamente se faz como atendimento de um apelo de Deus por causa do Reino. Perdurará, entretanto, entre obediência e liberdade, autoridade de Deus e dos responsáveis, um hiato insuperável, e cabe à santidade da Igreja gerir esse hiato, e não aboli-lo como se a eternidade já estivesse real para cada um de nós. Aqui de nada adiantam boas palavras: somente a dinâmica social de um grupo e seu direito posto em prática à luz da fé, que é discernimento, ascese e vivência eucarística, conferem autenticidade à sua intenção e à sua finalidade. A ortodoxia da obediência só adquire significa-

ção a partir de uma ortopraxia da mesma obediência.

### 3. Obediência e Fidelidade.

O apelo do Deus de todas as graças, percebido em meio a tudo aquilo que compõe o quotidiano dos seres humanos, ainda que à luz da fé, implicará, por vezes, em respostas diversas, geradoras de tensão. Ora, durante largo período, não só na Igreja mas em sociedades de tipo mais autoritário, a contestação foi considerada negativa e mesmo destruidora. Os responsáveis pela ordem estabelecida perdem a percepção de que a palavra do Senhor pode estar sendo dirigida a eles através do posicionamento diverso apresentado pelo súdito. Este, ao contrário, passa a ser julgado como elemento problemático e problematizante, sem o "espírito" do grupo religioso, e até mesmo portador de uma psicologia perturbada, desadaptado e revoltado.

A contestação, todavia, pode (e é, com muito maior frequência do que imaginam alguns titulares de poder) ser fruto de amor, de adesão franca e inteira à doutrina e à disciplina da Igreja. **Contesta-se em nome da fidelidade.** Muitas vezes as reações classificadas como "desobediência" ou, mais sutilmente, como "independência", decorrem de contestação que é feita não por palavras, discussões, mas pelo próprio comportamento considerado divergente. Aquelas pessoas que não fizeram a caminhada que tornou possível uma tomada de consciência diversa, onde novos valores, situações, posicionamentos, permitem uma ou-



tra percepção da vontade de Deus, passam a fazer um juízo que não vê senão a dimensão destrutiva, "escandalosa", e até herética, do comportamento considerado a partir de um posicionamento que tem a ordem estabelecida como principal referência.

Considerada mais de perto, a oposição resultante é benéfica. É bom que novos posicionamentos passem pelo crivo de uma crítica. O indispensável é que se faça no respeito mútuo e na escuta, e não através da má fé, da denúncia (com frequência anônima), da murmuração, da falta de coragem em expressar seu pensamento, na agressividade e, finalmente, na procura da aniquilação fascista do outro. Aqui se distinguem extremistas e radicais. O extremista, ao entrar em discussão com o adversário, já tem certeza absoluta de ser o detentor da verdade; caberá ao outro submeter-se aos seus posicionamentos ou ser eliminado. No campo político não deixa de ser curioso que se observe isto quer na extrema-direita como na extrema-esquerda, reunindo-se os opostos... Já o radical defende também sua posição por acreditá-la verdadeira. Estará, porém, sempre apto e aberto a converter-se ao outro pois o que busca é a verdade e acredita que o oponente também o faz. Na raiz (e daí o radical) da divergência há a certeza e confiança mútua de uma fé em Jesus que unifica ambas as experiências.

A prova da fidelidade só existe para aquelas pessoas que estão ligadas à Igreja de uma forma profunda e vital. Muitos resolverão os

eventuais dilemas submetendo-se incondicionalmente à autoridade em nome de conselhos evangélicos. Outras fechar-se-ão impedernidamente na defesa de suas posições pessoais, insistindo na defesa de um "eu" ameaçado. Aqueles, entretanto, que quiserem dar uma resposta efetivamente edificadora do Reino, terão que mover-se na tensão construtiva entre dois pólos: a responsabilidade inalienável do indivíduo, e a norma garantida pela autoridade legítima. Nesta dialética Jesus acrescentou um terceiro pólo: a fidelidade ao Espírito, referência última tanto para o súdito, como para o súdito-que-é-superior.

É uma experiência pascal que traz, por isto mesmo, uma dimensão de sofrimento para as partes envolvidas. A convicção de que algo já não é mais válido não traz consigo, necessariamente, uma percepção mais clara do que deva ser. Gera-se, assim, situação desconfortável, insegura, inquietante, inerente à penetração contínua de Deus na história humana. Nela far-se-á a experiência profética do isolamento, do juízo inexorável dos outros, do abandono de muitos. É condição normal da vida do peregrino que se quer fiel no caminho de companheiro no Senhor...

#### **4. Obediência e Respeito da Personalidade.**

Desde seus primeiros momentos o cristianismo teve sua concepção sobre a obediência contestada a diferentes níveis. Em uma linha de longa tradição, os gregos desdenhavam profundamente qualquer tipo



de sujeição escravizante. O homem com grandeza tinha, de um lado, dimensão política ativa que o levava, por causa determinada, a “desprezar o mundo” e manter-se acima dele pelo respeito dos demais. De outro lado, possuía também uma dimensão ética contemplativa, autárquica, que lhe tornava possível prescindir de todos e de tudo, e até mesmo de Deus. A confiança na divindade só seria possível a partir da autoconfiança humana. É óbvio que tal linha de pensamento só poderia provocar desprezo pela humildade e obediência pregada pelo cristianismo, particularmente diante do martírio, neles vendo um desgosto perverso pela vida humana.

São os padres — gregos principalmente — e entre eles destacando-se Orígenes que, partindo do enfoque pagão, vão procurar demonstrar que a atitude cristã leva o homem a ver-se a si mesmo em relação a Deus, aí fazendo a experiência de uma liberdade fundamental. Entre os **anacoretas** a direção espiritual ficava reservada aos “pais” que se tinham tornado “pneumatizados”. Deste **patèr pneumatikòs** se esperava a orientação para se tornar livre obedecendo ao Espírito. Não é sem razão que o bispo Atanásio, ao apresentar um relato da vida de Antão, o faz através de um gênero literário onde a preocupação central são as regras de discernimento espiritual. Para que esse discernimento não caísse no subjetivismo, **PACÔMIO** propõe a obediência como situação de permanente ascese num grupo estável orientado por um superior: o ideal da autonomia no Espírito integra-se com uma vida de

comunhão. **BASILIO**, visando que uns não dominassem sobre os outros, oferece um regulamento espiritual escrito, uma regra que consolida as vivências segundo o Espírito nos diferentes centros monacais do Egito, Palestina, Síria e Mesopotâmia, conservando sempre a idéia do superior como **pai** que conduz e mesmo provoca uma experiência espiritual. É **AGOSTINHO**, bispo, quem acrescenta a necessidade da adesão ao Espírito submeter-se a uma autoridade eclesial e finalmente eclesiástica que, no transcorrer dos séculos seguintes, vai corromper-se em modalidades de poder.

Séculos mais tarde, o Concílio Vaticano II permite um momento particularíssimo, após longo período de inércia, no reconhecimento e consagração de um “personalismo cristão” (cf. GS 4-10, 26, 62; DH 1; LG 37; PC 14; PO 15), que implicou em uma valorização mais decidida da norma da consciência reta e, conseqüentemente, dos direitos ao respeito da pessoa, à informação devida entre outros. Trata-se de uma visão teológica da pessoa e no seu fundamento está o dogma da inabituação do Espírito Santo e de sua ação no justo. Uma grande importância passou a ser atribuída à manifestação dessa ação do Espírito através dos carismas ou dons pessoais (LG 12), à luz da qual se iniciou a revisão de toda uma ascética que tendia ao menosprezo, de maneira indiscriminada, do juízo próprio do súdito. Até então os textos sobre a obediência apresentam uma estrutura dominada pela relação do súdito com o superior em que o termo “a quo” é o conjunto



de propriedades da obediência (nos seus graus de execução, de vontade e de juízo) e, como termo "ad quem", o superior "no lugar de Cristo". Toda a perfeição dessa virtude se compreende na consideração, assim, da fonte do preceito (superior), do motivo sobrenatural, e do ato mesmo, tudo isto construído no espaço de uma visão da sociedade em que os conceitos de hierarquia (submissão do inferior ao superior exprimindo uma necessidade natural) e de ordem (conservação dessa hierarquia), assumem um lugar central e privilegiado.

Já na concepção pós-Vaticano II, o conceito de "hierarquia cede lugar ao conceito de "comunidade fraterna", na qual mandar e obedecer se exprimem na forma de um serviço mútuo por causa do Reino; e à idéia de "ordem" substitui-se a de "dignidade da pessoa humana". No tranqüilo universo sacral anterior, de Deus manifestado pela ordem, o conteúdo do preceito do superior, ainda que não evidente ao súdito, podia referir-se à firme estrutura daquela. No atual mundo secularizado, em que a teofania cede lugar ao escondimento de Deus, a busca de Sua presença conduz a caminhos onde a visibilidade não se representa mais na evidente ordem das coisas, mas deve surgir da iniciativa do homem, da tarefa comum de súdito e superior de leitura dos "sinais dos tempos" nos eventos que traduzem a incerteza, o risco, a obscuridade, como também as tentativas, os projetos, as audácias de uma hora de mudanças profundas. O discernimento da obediência estará então não na visibilidade de

uma ordem, mas na responsabilidade comum de um projeto histórico, sem a qual a mera intenção será uma impossibilidade cultural e psicológica e, normalmente, também espiritual.

Para que seja real esta co-responsabilidade é necessário alguém que seja capaz de dizer EU, e o diga em Cristo, e não simplesmente como um ser fechado em si mesmo. Ao contrário, funda-se em um TU divino surgido em Cristo que atrai para si e penetra o EU humano. Na perspectiva trinitária isso significa entrar na existencialidade de Cristo, do Filho que propriamente diz ao Pai: TU. Em sentido último e definitivo o cristão não diz TU a Cristo, mas com Cristo diz TU ao Pai, e falando de si mesmo diz EU. É esse EU cristão, que se diz e é, na honestidade, diante do Criador, que a obediência deve assumir com respeito e consideração. Como é importante ter presente o que Gamaliel declara ao sumo sacerdote e ao sinédrio: "considerai bem o que ides fazer com estes homens... Agora eu vos digo: não vos metais com esses homens, deixai-os ir. Se for iniciativa ou obra dos homens, perecerá. Mas se vem de Deus, não podereis eliminá-los, e algum dia talvez constatareis terdes combatido a Deus" (At 5,35.38-39).

No respeito a esse EU cristão dois problemas logo se colocam. Se distinguimos uma obediência **apelo**, pedida, solicitada ou exigida pelo superior, como deve ele desempenhar seu cargo se o EU cristão tem prerrogativas das quais não se pode fazer pouco? Ou, se falamos de uma obediência **resposta**, dada, exercida



e realizada por quem acede positivamente, como poderá esta pessoa fazê-lo sem negar o seu EU e até mesmo afirmar positivamente sua identidade cristã?

#### 4.1. A Obediência Apelo.

Várias vezes foi dito na aula conciliar que a chamada crise da obediência era, no fundo, uma crise de autoridade. Tal coisa é bastante verdadeira se imaginarmos o exercício desta modalidade segundo uma das formas analisadas pelo p. J. D. Mravak s.j. que distingue:

a) autoritarismo despótico — do superior que busca o triunfo de suas idéias, sendo os súditos meros executores;

b) perfeccionismo angustiado — que repisa constantemente a observância de regras das quais muitas vezes não são tão cumpridores;

c) paternalismo estacionário — de pais que tudo sabem (sempre por informações de terceiros...) e os súditos menores que é necessário tutelar, por controles múltiplos, para que não se desencaminhem;

d) estrelismo solitário — típico de astros distantes, frios e indiferentes, para os quais os súditos são presença incômoda;

e) governamentalismo administrativo — pelo qual interessam apenas os critérios de eficiência;

f) paternalismo liberal — que tudo tolera, desde que todos falem bem de si;

g) carismáticos — confiam na própria graça de estado para tudo

mandar, e o súdito tem a graça da obediência vitoriosa podendo tudo fazer.

Neste quadro realmente pouco sobra para uma obediência resposta do EU cristão. O que o Vaticano II fez foi rejeitar como pouco evangélicos estes modelos, propondo o projeto evangélico centrado sobre a idéia de diaconia (PC 14), uma comunidade fraterna onde o “abbas” se transforma em “frater”. É uma transformação audaciosa fazendo superiores em servos e súditos em “conservos”. Por essa razão o superior é separado para, na oração discernida, provocar incessantemente a busca da vontade de Deus sobre a sua comunidade e cada um dos seus membros; por outro lado, ausculta as aspirações da própria comunidade e de cada um, pois aí também o apelo do Senhor se manifesta. Este apelo é formulado pelo superior de forma pobre, mendicante mesmo, transparente para que se realize a autoridade diaconal.

#### 4.2. A Obediência Resposta.

A obediência apelo, que é sempre formulada no futuro absoluto, análogo ao da Anunciação, corresponde a resposta obediencial não tanto em forma de “faça-se em mim”, mas “faça-se por mim”, através de um engajamento ativo, lúcido do EU cristão.

Nem toda obediência resposta é assim, tendo ela também suas formas espúrias e híbridas, quando se reduz ao:

a) passivismo transferente — dos incapazes de assumir uma res-



ponsabilidade, especialmente pelo medo de errar;

b) ascetismo patológico — que acredita ser perfeito o que é duro e mortificante, transformando a obediência em uma ascese violenta e talvez auto-complacente;

c) conformismo sádico — obedecendo sem acreditar, e até torpedeando a ação, inconscientemente, para que não dê certo e poder rejubilar-se sobre um superior que falha;

d) primarismo observante — para o qual ordens existem para serem cumpridas; não para serem compreendidas;

e) servilismo bajulador — executado apenas na presença do superior ou para que os olhos dos outros percebam.

É bem diversa a forma de servir na obediência do EU cristão que, baseado na certeza da fé e na certeza da verdade, buscadas e partilhadas por superior e súdito, engaja-se num ato pessoal, essencialmente livre e responsável. No seu processo vocacional o EU cristão percebe o desejo e a vontade firme de se dedicar a Deus durante toda a sua vida, trabalhando pelo progresso do Reino nas pessoas e no mundo concreto. Percebe ao mesmo tempo, às vezes depois de longa procura, outras por acaso e repentinamente, que essa busca identifica-se com uma proposta de vida religiosa onde, confiadamente, associa-se a um corpo apostólico e aos que legitimamente o dirigem, tendo em vista o discernimento do melhor serviço do

Reino. O processo será respeitador do EU cristão se ocorre numa reciprocidade de consciências em que o apelo se dá de forma igual, plena e aberta, com a resposta, frutos ambos de dois processos subjacentes e sustentadores de toda a história salvífica: purificação de coração e assimilação a Cristo, servo da vontade do Pai.

Pode acontecer, em casos muito específicos, que o apelo se choca com a consciência ética do interpe-lado. Se isto é sincero e honesto, por causa do Reino, é preciso ter coragem de recusar a obediência resposta. Nem toda desobediência a uma decisão explícita da autoridade responsável constitui necessariamente transgressão da vontade de Deus; pode até ser transgressão de algo desastroso para a missão evangélica do grupo eclesial. Esta deve ser uma situação raríssima na vida de um cristão. Se, entretanto, temos não mais uma objeção de consciência, mas uma objeção de prudência (divergência na apreciação das alternativas ou linhas de ação ou mesmo da qualificação pessoal para dada missão) então não há como se furtar ao pleno cumprimento, dentro do quadro de uma vida comunitária escolhida como opção duradoura e irrevogável de sua existência, e na qual se expôs, desde o início, a um destino imprevisível. Sem esse risco, não há vida humana capaz de se pôr à disposição de um ideal superior, livre de se enredar em seu egoísmo e na angústia de preservar a si mesmo. Nas duas situações apresentadas o superior nunca pode ceder. Se cede, é infiel, não obediente ele também. O que



pode e deve fazer, se purificada-mente o distingue diante de Deus, é mudar a sua opinião pois não chegou a hora do apelo, nem a vez do interpelado.

#### **5. Conclusão: obediência como vínculo de fraternidade.**

A obediência a Jesus na Igreja hoje não é outra coisa que o exercício real da caridade fraterna, a fi-

delidade ao mandamento único: o amor. Isto, entretanto, não é possível se não for assumido como missão de Igreja sob a autoridade de um superior. Graças ao serviço que este presta e pela obediência resposta, o ato de amor aos homens "comandado" cessa de ser um meu ato particular para tornar-se em mim o ato universal da Igreja inteira. Pela obediência me faço irmão de todos em todos os tempos!

---

### **Instituto Secular — I**

#### **O que é um Instituto Secular?**

Uma forma permanente de vida consagrada a Deus pelos votos de pobreza, castidade e obediência vivida no mundo ou, como diz o latim, *in saeculo*, no exercício de uma profissão.

#### **Existe algum organismo na Cúria Romana para estes Institutos Seculares?**

Sim. É a Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, presidida pelo Cardeal Eduardo Pirônio.

#### **Quando os Institutos foram aprovados pela Igreja?**

Em 2 de fevereiro de 1947, pelo Papa Pio XII, através da Constituição Apostólica *Provida Mater Ecclesia*.

#### **O novo Código de Direito Canônico fala dos Institutos Seculares?**

Sim. Vinte cânones — 710 a 730 — com suas disposições jurídicas tentam sublinhar a sintonia dos Institutos Seculares com a eclesiologia do Concílio Vaticano II, seu alcance eclesial, sua substância espiritual e seu dinamismo pastoral (ver página 174 desta revista).



# VIDA RELIGIOSA E VIDA DO POVO.

## ENCONTRO E COMUNHÃO

*Quanto mais alguém começa a viver perto do povo  
e conviver com ele, tanto mais está  
obrigado a abandonar as generalizações e a descobrir  
e respeitar pessoas, famílias, vizinhos  
com os quais entra em contato segundo a individualidade.*

**Frei Bernardino Leers, OFM**

Divinópolis, MG

Viver numa época de mudanças profundas e questionamentos sérios é um privilégio para quem passa por ela e fica de pé, sem pagar um preço alto demais pela construção da verdadeira história humana neste mundo. Quando a transformação do mundo moderno atingiu o Brasil em cheio e a Igreja abriu suas janelas para novos ventos entrarem, o estabelecimento tradicional de muitas congregações religiosas sofreu bastante. Foi como o rude trabalho de destocar a roça para semear semente nova e ver crescer uma série de iniciativas que principalmente se concentraram num ponto só: "dar a vida ao mundo" (Jo 6,33).

### 1. Um balanço crítico

A redescoberta do mundo que estava além do muro do quintal encontrou os pobres, os cegos, os coxos, os leprosos, o povo sofrido, mas pertinaz em sua vontade de sobreviver "se Deus quiser." Neste

deslocamento para o mundo, brotaram idéias novas, cresceram novas experiências de viver sua fé com este povo e por este povo, obrigando os religiosos e religiosas envolvidos a procurarem novos lugares de morar e inventarem novas formas de convivência comunitária, de divisão de oração e trabalho, de fidelidade evangélica, compartilhada com o povo devoto da redondeza. Esta mudança de lugar no mundo e com o mundo trouxe para o uso interno da vida religiosa a reformulação de muitas tradições caras do passado e a redefinição de atividades, obras e estruturas.

Enquanto o material das novas experiências da vida religiosa se acumula, aumenta a necessidade de refletir criticamente sobre os muitos fatos de mudança e renovação que se deixam constatar. Não há plantação que não precise de capina para crescer mais. Tais análises de avaliação crítica já foram feitas vá-



rias vezes, recentemente também pela S. Congregação para os Religiosos num documento instrutivo (Osserv. Rom 14 (1983) 384-386; 405-407). Mas fica uma certa insatisfação no ar. Um estudo sistemático, empírico e teológico das novas formas de vida religiosa na Igreja do Brasil podia servir de adubo para esta terra, tão vital para a comunidade eclesial e sua saúde.

De fato, uma avaliação em causa tão importante não está servida com diletantismo que junta apenas uns depoimentos, sem aprofundar os dados pela interpretação do mistério da Igreja e da vida evangélica e sem pôr na balança também os fracassos, os preços e perdas. Pois a tática de só contar vantagens falsifica qualquer história humana. Se a vida, também a vida dum religioso, é um processo de amadurecimento, vale a velha sabedoria de que se aprende, às vezes, melhor pelos erros e fracassos do que pelos sucessos e vitórias que nem sempre resistem ao gasto do tempo. Pena é, que os melhores práticos costumam falar pouco e escrever menos ainda sobre suas lutas, riscos, avanços e recuos.

## **2. As limitações do discurso**

Realmente, é uma estranha sensação descobrir que a produção de palavras sobre a vida religiosa pode ganhar tanta autonomia pela repetição constante, que não se percebe mais a distância que há entre o discurso abstrato, cheio de termos pesados, e a correnteza concreta da vida em que religiosos e religiosas, de carne e ossos, com suas necessi-

dades humanas, as aspirações de sua fé e o resto de seus ideais sonhados, procuram viver sua vida do modo melhor possível, fazendo algo de bom para os outros. Estranha é esta sensação, porque num certo momento o conferencista ou escritor mesmo é confrontado com o fato de que está tão acostumado a manipular palavras e criar um mundo imaginário, que esquece que tanto sua vida quanto a dos outros é mais rica e mais pobre do que o discurso feito.

A palavra, o discurso, eventualmente a norma, são sempre uma expressão maior e menor das pessoas que vivem em sua caminhada histórica; até podem se desligar da realidade de tal modo que justificam a pergunta: em que mundo esta gente vive? A expressão verbal se torna maior na medida em que idealiza e puxa as exigências ou ideais para tal altura limpa, que só um ser superior à pessoa humana concreta é capaz de observá-las ou alcançá-las. É menor, enquanto nunca apresenta a realidade toda da vida religiosa nem a individualiza em pessoas humanas que, de fato, são religiosos ou religiosas, chamam-se pelo seu nome, têm seu passado, sua história, seus talentos, e não possuem o passado, a história feita, os talentos dos outros, embora pertençam à mesma congregação e a um mesmo povo e classe social.

## **3. As pessoas são as mais importantes**

Talvez não seja supérfluo confirmar mais uma vez que todas as palavras sobre a vida religiosa e sobre o povo podem se referir a este



ou àquele religioso, a um grupo de famílias operárias aqui ou um povoado rural acolá, mas não são, muito menos substituem, as pessoas reais, cada uma chamada por Deus nominalmente a **fazer** sua caminhada por este mundo. As pessoas são importantes: elas se salvarão ou se perderão. Palavras são como os ossos ressequidos do profeta Ezequiel, que só pessoas podem cercar de carne e fazer viver. Palavras passam, estão na moda, desaparecem do vocabulário. A sorte de tanto documento e tanto código de normas não é melhor. Anos atrás, Bernhard Haering escreveu um livro sob o título "Moral é para pessoas". A moral é essa, um verdadeiro programa de vida que coloca as pessoas e sua vivência no centro e não as constituições, as normas e leis, pois essas estão a serviço do homem.

O sentido prático deste lembrete não deve ser mistério na atualidade. Depois de uma abertura, de liberdade, de novas inspirações e experiências, até arriscadas, sente-se no ar a aproximação, em pé de chinelo, de um: Basta! Após a tempestade, as águas revoltadas sempre refluem ao leito do rio e tudo se acalma. No recreio, os alunos correram, brincaram, jogaram, gritaram à vontade; chegou a hora, a professorinha dá sinal, coloca todos em silêncio na fila e recomeça as aulas de sempre. Parece que na Igreja está crescendo a vontade de canalizar toda a sempre novidade da vida dentro de um novo, não tão novo, esquema de leis, orientações e limites.

Da parte das autoridades, tal tendência se entende facilmente, pois

se tudo funciona dentro duma ordem fixada, a práxis dá pouca dor de cabeça. Depois do estouro dominado, a boiada anda de novo, cabisbaixa, na linha. Mesmo se a ordem programada não funciona perfeitamente por causa das iniciativas livres dos súditos, ela serve ainda como bastão atrás da porta, para cortar os excessos. Se os guerreiros cansam, por que não cansarão os superiores, forçando uma tranquilidade de ordem, na base duma "grande disciplina" (Pe. Libânio), que talvez satisfaça aos generais, mas tira o espaço vital aos soldados rasos para seguirem sua vocação? Militarismo não é apenas um fenómeno político; vive também na Igreja, em que nenhum "processo de Neurenberg" é capaz de extinguir a falsa idéia de "ordem é ordem", com ou sem legitimação divina.

Viver bem em comunhão com o povo pobre das zonas periféricas e rurais, acostumado à tática de decretos e ordens de patrões e autoridades, dados por cima de suas cabeças, exige um profundo respeito pela alteridade real dos outros, pela liberdade de suas consciências e pela responsabilidade de seus atos. Entre pessoas adultas normais, a responsabilidade pela vida, a salvação do outro não é maior em tese do que a responsabilidade que o outro tem por si mesmo. Também o pobre em bens materiais e influência social tem seus direitos e dignidade de pessoa humana; não precisa da tutela de uma criança, nem está servido com este tipo de ajuda. A história ensina que o povo comum, o povão, é como um rio que



não se deixa prender pelo dirigismo da elite dominante por muito tempo e tem seus próprios critérios para assumir uma mudança de rumo ou continuar na clandestinidade de suas tradições. Não só no campo religioso vale o provérbio popular de não andar depressa demais com o andor, porque o santo é de barro.

#### **4. O encontro entre religiosos e o povo pobre**

A iniciativa de fundar uma pequena comunidade de religiosos ou religiosas num ambiente de gente pobre, da classe C dos IBOP's, condiciona a mudança do lugar social do encontro com outras pessoas e seus estilos de vida. O tipo de encontro depende evidentemente das intenções que a comunidade tem e o projeto que fez: ser apenas presença da vida religiosa no meio popular, como testemunha do evangelho, ou usar sua presença para um trabalho pastoral, formação de CEBs, catequese de adultos, assistência às mães e suas crianças ou outros serviços mais.

Em todo caso, no encontro, a pessoa leva não só a si mesma, mas também seu mundo, o universo de valores, de significados, de afetos e atitudes que construiu no decorrer de sua história, como se fosse um palco próprio em que desempenha seu papel. Igualmente, o outro traz consigo um universo próprio que formou pela experiência da vida que levou, pelo meio ambiente em que vive e o lugar social que ocupa. Assim, o encontro se desdobra em dois aspectos do mesmo acontecimento existencial: o en-

contro das pessoas e o encontro de seus mundos. Este desdobramento significa na concretude real uma mistura, pois as pessoas e seus mundos vividos são inseparáveis.

#### **5. Variações do tema "povo"**

No esquema mental simples de opressor e oprimido, o povo pobre pode ver seu papel reduzido a vítima, a um coitado explorado pelo poder arbitrário dos outros, uma massa anônima embaixo da prensa da dominação, simbolizada pela bota na nuca do homem jogado no chão. A quem viveu anos fora do mundo, na vida regular dum convento ou mosteiro, e esqueceu até sua própria origem, tal interpretação instrumental global serve para abrir os olhos diante do mecanismo central que verticaliza a sociedade, cria contrastes gritantes e condiciona, da parte do povo, ao menos de "muito" povo, a vontade de se libertar da canga imposta e do chicote do capataz, como Deus prometeu pelo profeta Isaías (Is 9,3). Esta situação que deixa tão pouco espaço livre ao povo tem seu reflexo também sobre a forma em que este povo submisso e apertado expressa sua fé, reproduz as práticas de sua religião e trata os padres e os religiosos.

Depois deste primeiro passo, segue a descoberta da diferenciação interna que se esconde no termo geral: o povo. À distância, povo é uma generalização verbal e pode ser exaltado da mesma maneira em que a elite social continua, em parte, a humilhá-lo e cercá-lo de preconceitos de ignorância, preguiça, servilismo e de não merecer con-



fiança. Num quadro de cores mistas, a percepção pessoal sempre pode puxar mais para o preto do que para o branco ou vice-versa. De noite, todos os gatos são pardos. Na medida, porém, em que as distâncias diminuem entre um religioso e o povo de certo lugar, bairro ou aldeia, também a variação das cores se avista melhor. Santificar o povo antes da morte ou orná-lo só com flores de virtudes é sempre um serviço precário.

Entre o povo há pessoas admiráveis que impressionam pela sua fé e seu espírito de sacrifício e edificam pela sua fidelidade, coragem de enfrentar as "dificuldades" da vida, sabedoria e simplicidade, como também há malandros, pinguços, mulherengos e bagunceiros, para usar a terminologia popular. A vivência com o povo-povão, pobre, alegre e triste, ensina que eles mesmos fazem distinção entre gente boa e má, homem de confiança, amigo da gente, e cara que não presta, sujeito ruim. Basta a filha começar a namorar ou alguém morrer de desastre ou de morte matada e as qualificações morais que as pessoas têm em seu grupo social começam a funcionar, aceitando-as e elogiando-as ou rejeitando-as e condenando-as até com violência. Expressões de família conceituada, homem de bem, de confiança, pessoa benquista, distinta, estimadíssima, de muitas amizades, de fazer gosto, muito camarada, ou suas antonímicas até sumir daqui, tocar para fora de casa e cair no mundo, marcam o dinamismo interno da convivência popular.

As pessoas que são chamadas "povo" conhecem, como espelho da classe dominante, discriminações na base de posse, influência social, sexo e cor. Nunca são apenas um apanhado de gente, pois possuem sua própria organização social. Entre eles há amizades firmes e inimizades que passam por várias gerações; há brigas e crimes, às vezes escondidos, que não contam a ninguém. Só muita boa vontade pode supor que todos tenham religião, que esta religião seja a católica e que este catolicismo seja realmente praticado com zelo. Ao contrário, mesmo onde o espiritismo dos escravos negros não perseverou e não penetraram novas formas de espiritismo ou seitas protestantes, ainda há toda uma escala de observância religiosa, misturada com práticas que a ortodoxia católica considera superstições. Tanto entre as famílias da vizinhança, quanto dentro de uma mesma família, as diferenças de vivência religiosa costumam ser claras.

## **6. O jogo da elite com o povo**

No ambiente popular, a elite social, ansiosa de manter o sistema tradicional do poder, dificulta e muito o processo da libertação, participação e comunhão do povo que Puebla prega. Em primeiro lugar porque chega a dividir o povo e silenciá-lo em parte. Em qualquer povoado ou bairro operário, ela recruta pequenos funcionários para os serviços públicos, cabos eleitorais para seu jogo político, soldados e policiais para manter a ordem que lhe interessa. Daí cria-se o curioso e triste espetáculo de que, nos con-



flitos, greves e passeatas de protesto, os pobres da polícia batem, re-bentam e prendem os pobres de trabalhadores e posseiros. Muitos operários urbanos e trabalhadores rurais, dependentes como são, estão condenados à neutralidade em qualquer movimento de reivindicação, obrigados a “olhar de banda”, para não arriscarem o emprego e o sustento de sua família. No ensino, a pátria, a segurança nacional, a bandeira e mais valores ideológicos servem para camuflar a posição subalterna, melhor talvez marginalizada, em que a massa do povo se encontra, sem força por causa das divisões internas.

De maneira mais camuflada, há outra forma de infiltração da elite. Por meio da escola e dos meios poderosos de comunicação social, ela procura divulgar seu código de valores e sua medida de consumo e conforto, ao menos no nível dos desejos e aspirações. É evidente que o povo tem de desenvolver seus talentos e qualidades, ainda inexploradas, que tem direito de participação, que sua dignidade humana precisa ser explicitada, que seus valores não podem ficar como lamparina embaixo do pote ou como criança no berço. Este discurso eclesiástico popular, no entanto, é cruzado constantemente por um outro, de propaganda e venda em prestações suaves, dirigido por forças de que o povo, muitas vezes, não se faz uma idéia clara.

Todos os sintomas do dirigismo ou manipulação pela elite funcionam um pouco como cavalo de Tróia ou, ao menos, como divisor de águas, pelo qual slogans como “a

união faz a força” facilmente naufragam. Entre o povo, uns entram na competição, com ajuda de pais, padrinhos ou amigos, chegam a subir, melhorar sua posição social, fazer promoção na firma, na repartição pública, esquecendo às vezes seu passado e a gente que o povoava. Para muitos não há oportunidade e crescem as frustrações por falta de poder aquisitivo. Especialmente na crise econômica e política atual, mesmo se ainda estão empregados, vêem o futuro se fechar para si e seus filhos. Pois, rico chora de barriga cheia, pobre chora de fome ou, numa terminologia mais casta, subnutrição crônica.

## **7. A entrada da comunidade religiosa**

Neste campo complexo de forças antagônicas chamado “povo”, a nova pequena comunidade de religiosos ou religiosas entra de fora. Quanto mais alguém começa a viver perto do povo e conviver com ele, tanto mais está obrigado a abandonar as categorias e generalizações e a descobrir e respeitar pessoas, famílias, vizinhos com os quais entra em contato segundo a individualidade e as circunstâncias de cada um. Um manual de sociologia pode fornecer um bom instrumental de percepção, mas a experiência convencional é insubstituível. Nos primeiros encontros, o religioso facilmente enxerga certas diferenças com o ambiente em que ele mesmo nasceu e foi criado, levando talvez até choque diante de fatos que ao máximo conhecia dos livros da moral de pecados.



Todavia, esta fase quase espontânea de comparações não chega a entender o povo de dentro para fora. Pelo convívio cotidiano, começa-se a penetrar melhor nas maneiras de o povo pensar, agir, viver e conviver entre si. Mudar para outro ambiente humano, mesmo dentro da mesma região, é sempre como entrar na mata virgem: há tudo para descobrir ainda, correndo riscos que não se deixam prever ou aprioristicamente normar e envolvendo-se em situações que não se esperam. Se, diante de uma nova experiência da vida religiosa entre e com os pobres, o superior é mais um executor das leis do que um homem prudente (no sentido de S. Tomás) que confia na responsabilidade madura de seus irmãos, os conflitos já estão germinando, antes de aparecerem.

O religioso é homem de Deus que, na fidelidade ao projeto divino, procura dar ao mundo a vida que recebeu. Para cortar qualquer mal-entendido individualista, seja esta fórmula completada logo com o fato de que ele vive, cresce e cumpre sua missão dentro do dinamismo histórico da Igreja, porque participa e depende dela, como membro e fiel. Como o homem não se encontra e não chega a ser ele mesmo senão dentro da sociedade de que faz parte, assim o religioso só se concebe e projeta dentro da caminhada do povo de Deus, onde seus pés pisam no chão. A procura da identidade própria, olhando o próprio umbigo, seja como indivíduo, seja como coletividade, felizmente acalmou um pouco. O espelho próprio fala bem demais a mesma língua da gente. Também nesta perspectiva, a volta aos pobres foi um benefício,

uma boa escola para ser mais "gente" de corpo e alma.

O contato cotidiano e a troca de vida com os pobres ajuda a quebrar o círculo vicioso da insegurança interna e a estabilização interna, obrigando o religioso a sair de si mesmo e dar sua pessoa, seu tempo, seu talento no convívio com o povo simples. Este talvez nunca tenha ouvido a palavra do Senhor: "quem quer salvar sua vida, perdê-la-á; quem perder sua vida por causa de mim e do evangelho, salvá-la-á" (Mc 8,35). Mas é capaz de viver esta verdade melhor do que um religioso, treinado para santificar-se a si mesmo.

## **8. A participação com os pobres**

Compartilhar de verdade sua vida com os pobres não é uma aventura simples. A existência humana é sempre um jogo entre abertura e fechamento, entre comunicar-se com os outros, depender deles e retirar-se em si mesmo, ser ele mesmo. É o antigo problema de amar os outros como a si mesmo, sem perder o equilíbrio na corda bamba da vida. Por causa da tradição, os pobres podem ser encarados como objetos de caridade e meios de aumentar os méritos sobrenaturais; por causa da formação escolar e teológica melhor, talvez sejam degradados a alunos ignorantes diante do mestre onisciente. Nem os próprios pobres ajudam de início, pois estão acostumados a se fazerem pequenos e olharem para cima, quando têm de enfrentar a burguesia e os religiosos da Igreja.



O senso latente de superioridade é fatal para a verdadeira reciprocidade das consciências, dos irmãos na comunidade eclesial, das pessoas na comunidade humana, ambas em formação e estado de reforma permanente. Custa chegar a uma troca aberta de receber e de dar, de interações mútuas e de testemunhos da esperança que vive em cada um (cf. 1Pdr 3,15). A consagração sincera a Deus correria o risco de ficar estéril como a figueira amaldiçoada do evangelho (Mc 11,21), se não seguisse a própria dedicação de Deus aos pobres, concretizada perfeitamente no serviço de Jesus que deu sua vida pela salvação do mundo humano (cf 3,17).

Na medida em que vai crescendo o convívio entre a pequena comunidade religiosa e a vizinhança pobre, com sua mistura de pessoas dependentes e interrelacionadas, a própria vida religiosa plasmará novas formas. Nos grandes conventos tradicionais, a convivência comunitária ganhava uma certa autonomia e auto-regulação interna, com seu horário, a disciplina comum de vida, a hierarquia existente entre os membros, a divisão de tarefas e trabalhos. Havia sempre bastante pessoas e pessoal empregado em casa para a regularidade continuar seguindo o relógio e os serviços diversos funcionarem para a satisfação da maioria. Em função da auto-suficiência relativa, afetiva e efetiva, tornava-se bastante visível a separação entre a comunidade interna, doméstica, e o mundo de fora, como expressão das idéias reinantes sobre “sair do mundo”, “não ser do mundo”, “vencer o mundo”, ou sobre o prelúdio escatológico.

## 9. Um novo tipo de comunidade

Na pequena comunidade entre pobres, esta situação muda e tem de mudar. O número limitado de religiosos — três fazem um colegiado, diziam os romanos antigos, e dois a dois, Jesus enviou seus discípulos —, obriga a aceitar praticamente maior flexibilidade de horários e a organizar os serviços mais na base de troca ou participação ativa de todos. Também o convívio fraterno exige maior margem de improvisação, elasticidade e maior dose de mortificação. Enquanto nas grandes casas, tipos difíceis eram mais ou menos suportados, seus comportamentos amortecidos e seu peso dividido por muitos, na casa pequena ninguém evita ninguém e a engrenagem se torna mais árdua e exigente.

Sem o apoio da tradicional regularidade do grupo grande, a convivência nova de número bem limitado de religiosos vê sua base e motivação reduzida à força central da união com Cristo e de fidelidade compartilhada ao ideal evangélico. Para aliviar as pressões internas, geralmente os membros destas pequenas comunidades se escolhem entre si ou são escolhidos a dedo, dando maior garantia de integração interpessoal e de coordenação eficiente de trabalhos apostólicos e serviços caseiros. Embora compreensível, esta tática pode ter repercussões negativas para com o “resto” da congregação, especialmente se a nova comunidade se apresenta como modelo único e protótipo do futuro.

Quando de dia está em casa, pobre não fecha a porta. Entre gente



do povo não há limite claro entre sua existência em casa e a coexistência com os outros que entram e saem com um "com licença" e "ah, como vai compadre?". O individualismo fechado é sinal da burguesia e garantia das posses. A adaptação a tal costume, da parte da pequena comunidade, traz consigo, geralmente, uma circulação mais fácil e desembaraçada de pessoas de fora pela casa. De fato, esta abertura significa uma extensão da comunidade religiosa pela participação mais intensa de colaboradores e amigos que acompanham mais de perto a vida interna da casa, os acontecimentos, as comemorações, as doenças, as necessidades pastorais e humanas. Se o antigo direito conhecia a unidade dos domésticos da casa religiosa, incluindo os empregados, aqui a comunidade religiosa desemboca na comunidade eclesial, como família extensa, sem claras fronteiras entre os religiosos moradores e leigos que moram fora, com o duplo efeito de apoio convivencial e de obstáculo à privacidade.

## 10. Efeitos previsíveis

A extensão da comunidade pelo convívio mais direto com as pessoas de fora em ambiente pobre tem repercussões próprias sobre a estruturação da vida dos religiosos. Deixada de lado a vocação eremítica, a vida religiosa apresenta uma forma incompleta e acéfala sem atos comunitários de oração e celebração litúrgica. Pela abertura, também a capela da casa ou espaço de oração se torna livre, não só no sentido de livre acesso dos outros, mas também

no sentido de participação dos outros nos atos comunitários de culto, a reza do ofício, a celebração eucarística, a meditação, conforme os costumes da casa ou congregação. Esta prática opcional pode dar aos participantes uma boa oportunidade de trocar suas experiências religiosas e compreender mutuamente as várias linguagens que estão em jogo. O povo reza de outra maneira do que um "intelectual", leitor de livros; é mais simples, direto, menos premeditado, sem sofisticação.

Nas grandes casas em que os visitantes geralmente não penetravam além dos parlatórios, a pobreza levava sua própria vida, entre a sobriedade e o conforto adaptado, com o respaldo da base patrimonial sólida da congregação ou ordem. Dentro deste esquema relativamente autônomo, havia bastante liberdade de seguir a moda, receber presentes bonitos e arrumar toda a parafernália do consumismo moderno: rádio, toca-disco, gravador, televisor a cores, aparelho de som, geladeira, ventiladores e outros utensílios elétricos. No entanto, uma pequena comunidade que mora em casa comum, aberta a todos num bairro de povo pobre, descobre novas formas de prática ascética, de limitação consciente de bens de consumo, de sobriedade.

A própria pobreza e vida mínima dos vizinhos e colaboradores, acostumados a comer o pão que "o diabo amassa", exerce sua força de exemplaridade sobre o comportamento dos religiosos ou religiosas; leva a criar condições de comida, roupa e mobiliário, em que os pobres se reconhecem, e a formar um



ambiente de casa em que eles se sentem à vontade, sem acanhamento e sem abaixar a cabeça. Este processo de empobrecimento, em comparação com o conforto relativo das casas grandes, continua a se inspirar em Cristo que se fez pobre (2 Cor 8,9), mas a pobreza própria do meio funciona como um agulhão. A sincera solidariedade com os pobres faz compartilhar o nível de vida deles, pois eles mesmos formam a melhor escola para quem quer ser pobre sem sofismas ou racionalizações.

Com a mudança para a casa pequena e a convivência com os pobres, coloca-se o problema do sustento da comunidade, tradicionalmente um problema do superior ou ecônomo. Viver conforme o "Deus dará", sem meio nenhum para pôr as coisas em casa ou garantir o dia de amanhã, não é vocação muito comum. Se o governo central da congregação paga uma mensalidade, o dinheiro vem de irmãos que estão empregados numa escola ou hospital ou fazem serviço paroquial e ganham o dinheiro para a nova comunidade observar a pobreza. Pode ser que a comunidade receba um salário da paróquia, a título de remuneração dos serviços pastorais que presta à população. Há também a possibilidade de empregar-se numa escola, fábrica ou loja, para ficar economicamente independente, ao menos nas despesas ordinárias.

A necessidade do sustento próprio encontra na prática várias soluções. Será que já há bastante experiência bem feita neste aspecto da vida religiosa, a fim de ter mais terra firme embaixo dos pés? Ser religioso é mais importante do que

trabalhar como religioso, mas também o ser religioso come, bebe, mora em casa com algumas coisas. As qualidades e intenções das pessoas, o tipo de ação a desenvolver no bairro ou vila, o mercado local de trabalho, eventualmente a concorrência em caso de escassez de empregos, são fatores, cuja avaliação tem de amadurecer com calma entre os religiosos ou religiosas envolvidos. Não é questão a ser resolvida a toque de caixa ou por decreto.

A comunidade religiosa, de casa aberta entre os pobres, cria também um novo problema da formação de candidatos, tanto mais sério quanto mais a experiência nova está isolada do lugar social e da maneira de viver dos demais membros da congregação ou ordem. Os institutos religiosos costumam ter seu sistema montado e único de despertar e atrair as vocações e de formar prolongadamente os candidatos que se apresentam e são aceitos. Mas pela sua abertura e contato humano direto de pessoa a pessoa, a comunidade pequena tem sua própria força atrativa. Aqui nasce o dilema. Tais candidatos serão integrados na estrutura da formação existente, com o risco de não se reconhecerem nela e não se adaptarem, ou continuarão na comunidade religiosa em cuja convivência brotou-lhes a vocação, com o risco de alienar-se do estilo dominante da congregação? Aqui, uma rígida observância de regras feitas não adiantará muito. Provavelmente sacrificará pessoas. A santa prudência sabe colocar todos os valores e interesses na balança do processo decisório.



## 11. Valores populares

De casa e como resultante de sua formação específica, o religioso estrutura sua vida, enquanto a fraqueza humana deixar, conforme um código de normas e valores, o qual geralmente corresponde bastante bem ao ensinamento oficial, catequético e moral da Igreja. Talvez seja esta impressão simples demais, confrontada quando é com os fatos de cada dia que se realizam sob a abóbada lingüística tão bonita de Igreja, Povo de Deus, Esposa de Cristo, Mãe e Mestra. Na atualidade eclesial há evidência suficiente de que uma opinião uniforme está longe de existir, se o assunto abordado é a maneira de construir Igreja, as preferências da ação pastoral ou promoção humana, o conteúdo do ensino catequético, o relacionamento povo-clero-bispo. Sobre a área moral da política, crise econômica, vida sexual, armamentos, violência, às vezes parece cair a sombra da torre de Babel. Também o texto de Puebla é tipicamente uma composição de várias tendências que chegaram a uma concordância verbal, sem alcançarem uma concordância de idéias e atitudes.

Na história em curso manifesta-se até uma curiosidade. De um lado a pastoral brasileira tem absorvido, nos últimos trinta anos, uma variação de movimentos católicos de origem burguesa, importados de outros países, sem encontrar muita resistência ou receber muita crítica negativa. Doutro lado, consta o fato de que uma onda de suspeitas e acusações se desencadeou, agora que o movimento genuíno, autóctono, das Comunidades Eclesiais de

Base tem surgido no meio do povo comum, pobre, simples, rural ou periférico urbano, sem muitos meios financeiros ou propaganda de revistas próprias bem editadas, mas com uma grande reserva de energia existencial religiosa. O porquê deste contraste vale um bom estudo de um sociólogo da religião no Brasil.

Além disso, há duas tendências no catolicismo atual que de vez em quando entram no ringue, se combatem e acusam: os movimentos da oração, da meditação, da oração carismática, da reflexão bíblica, criticados de unilaterais e exagerados por uns, e os movimentos de ação prática que outros consideram ideológicos, meramente políticos, até anti-evangélicos. Ambos os tipos de movimentos encontram ressonância profunda nos meios populares. Também aqui vale que na medida em que tais conflitos e oposições chegam aos jornais e noticiários, não adianta camuflá-los atrás de uma mística da unidade em linguagem melíflua. Merecem ser colocados na mesa e reconhecidos para o bem do povo de Deus e sua caminhada pelo mundo.

Diante deste leque de contrastes, especialmente os religiosos que querem viver com o povo pobre não podem ser ingênuos ou escapar de uma tomada de posição. Pluralismo não quer dizer voar livremente pelo espaço, sem tocar em nada. Ao contrário, quem quer viver com o povo numa simbiose de valores, apreciações e sentimentos, precisa estar bem consciente de sua posição no universo eclesial e humano, para não se tornar um catavento pragmático. A fim de formar uma nova identidade no convívio com os po-



bres é mal remediados, o religioso há de conscientizar-se criticamente de suas próprias opções e atitudes, incluindo as inseguranças e riscos, inerentes à mudança do lugar social. Neste ponto, o velho "conhece-te a ti mesmo" é condição para ajudar os outros no processo de conscientização e conversão de vida.

O encontro com o povo pobre é entrar num outro mundo, complexo, variado, contraditório, em plena mudança de valores, necessidades e aspirações humanas, com seus "satélites" de afetos, sentimentos de bem e mal-estar, manifestações e frustrações, tolerâncias e exigências. Escritores de romances regionais, de contos e novelas sabem aproveitar deste complexo; para as ciências humanas constitui um quadro bastante desconhecido, apesar da boa literatura que há espalhada sobre a religiosidade popular, movimentos populares, mundo do trabalho e desemprego, economia caseira do povo, vida familiar, organização social de favelas, de zonas periféricas urbanas, de povoados e empresas rurais. A divisão formal das ciências faz com que cada um enfoque geralmente em sua pesquisa um só aspecto da existência do povo, na realidade múltipla e, ao menos tradicionalmente, bastante orgânica. Mesmo estudos interdisciplinares encontram duas dificuldades sérias: muitos grupos sociais são composições recentes e todos eles estão sujeitos, em grau diverso, a um processo rápido de transformações penetrantes.

## **12. Obstáculos de percepção**

A procura de convívio fraterno de religiosos com os pobres geral-

mente se realiza em bairros de periferia das grandes cidades ou em regiões de colonização rural, nos quais a mão-de-obra barata se aglomera à procura de um emprego para pôr as coisas em casa, de melhor assistência de serviços sociais, de escola para os filhos, uma casa para morar, um pedaço de terra para trabalhar. Ambos os movimentos migratórios juntaram pobres e suas famílias, provenientes das várias regiões culturais do país, dentro de unidades de habitat novas, socialmente ainda não bem sedimentadas. Tirados de suas bases existenciais de origem, estão agora procurando criar novas raízes e uma nova identidade em contato intercambial com novos vizinhos de outras proveniências e costumes.

Imigrantes da primeira, segunda, terceira geração, demonstram entre si bastante diferença em termos de prática religiosa, católica ou de outra crença, conduta moral, comportamento social e civilização, de modo que um conhecimento melhor, um contato mais corriqueiro com uma família não fornece nenhum protótipo que se multiplique nas outras. O caráter heterogêneo das populações trabalhadoras pobres, especialmente nas periferias das grandes cidades, é grande demais para serem captadas facilmente sob certas categorias comuns.

Além disso, o sistema de coordenadas axiológicas do povo funciona na base de pólos e contra-pólos claros. Há honradez, fé, fidelidade, luta para melhorar caridade, espírito de sacrifício, firmeza em criar a família, amizade, coragem de enfrentar a vida, agüentar mão, sobrieda-



de, perseverança, espírito de trabalho, dedicação, ao lado de malandragem, preguiça, fatalismo, falsidade, indiferentismo, inimizade, promiscuidade. Não é trabalho simples situar as pessoas no sistema, ou melhor, formar um sistema de valores sobre as gratas surpresas e duras decepções que o povo costuma preparar para quem o quer encontrar.

Se o fenômeno migratório condiciona uma diferenciação larga de padrões de vida entre o povo pobre, a modernização é mais um fator importante que atravessa o jogo contínuo entre as tradições de origem e a adaptação ao novo ambiente social. Pela força dos meios de comunicação, nas mãos da classe dominante, um mundo de idéias e valores novos é despejado constantemente sobre as cabeças do grande público. O mercado bastante caótico de noticiários, novelas, programas de auditório, propaganda comercial e ideológica, cria um lastro de problemas e conflitos de valores, em que o povo tem de encontrar soluções, equilibrar sua vida e guardar a paz em casa, com os companheiros e os vizinhos.

Outras religiões, divórcio, namoro dos filhos, anticoncepcionais, aborto, desemprego, álcool, droga, terra, moradia, idéias políticas e tudo o que surge no remoinho das mudanças, também o povo tem de enfrentar com as próprias mãos e não espera até que os intelectuais, eventualmente as autoridades eclesásticas, cheguem a um acordo. Pobres costumam ser simples, sem sofisticação, na base do querer e fazer. Com a mesma simplicidade di-

reta fazem sacrifícios impressionantes, tocam o filho fora de casa, assumem a educação de duas crianças da "viúva" vizinha que morreu e tomam outra mulher, porque "a natureza da gente é forte demais."

A entrada de religiosos neste mundo duplamente confuso e instável dos valores e avaliações populares exige uma grande auto-disciplina para eles não imporem sua ordem de valores de que o povo, aliás, costuma escapar com seu jeitismo tradicional. Se a nova comunidade quiser ser mais do que o centro de um pequeno grupo de pobres, como antes o convento grande tinha seu círculo seletivo de amigos burgueses, seu espírito missionário fará contato com o número mais extenso possível da população local, com todas as descobertas agradáveis e desagradáveis que tal estratégia traz à tona.

O testemunho da verdade evangélica está colocado no quadro global da história da salvação, que também merece o nome da paciência de Deus. Inegavelmente, a Igreja sempre conhece seus Franciscos da paz e seus Bernardos da cruzada. Tolerância e inquisição marcam os passos do catolicismo pelos séculos. Talvez seja essa uma consolação: o sismômetro moral dos religiosos acusa, às vezes, oscilações que o povo sofrido e experimentado na dor e na frustração não sente tanto, porque tem de tocar a vida para frente com jeito e segundo seu jeito, nem tem tempo de se preocupar dos fatos consumados que deixou para trás.



## Pós-escrito

Bem analisada, esta reflexão é, até certo ponto, uma confissão de ignorância. Não somente porque é tão difícil dizer uma palavra válida, nuançada sobre a vida e as aspirações do povo pobre que enche as zonas das periferias urbanas, vive em vilas, povoados, cidadezinhas do interior e forma a grande massa dos cento e tantos milhões de pessoas no território imenso do Brasil; ou porque a experiência de cada um é tão limitada, que não se presta praticamente a generalizações, mas também porque, se as autoridades eclesásticas consideram a religião católica aqui quase inata nas massas populares, o grave problema fica e não se deixa evitar: esta forma herdada de religião resistirá ao processo de

modernização e suas interpretações tradicionais de Deus, Jesus, Igreja, mundo sobreviverão à emancipação do povo sofrido que está levantando a cabeça?

Talvez esteja aqui o maior desafio para os religiosos e religiosas de hoje: Qual será sua mediação eficiente, em convívio e comunhão com os pobres do povo, para desenvolverem juntos a força de sua fé comum na direção da verdadeira vida evangélica, sua vivência real e sua prática, também política, neste mundo até agora tão sofredamente humano? Diante deste desafio, nenhuma teoria é capaz de substituir a prática histórica que acumula experiências tentativas e resultados vividos, acompanhada por uma reflexão teológica crítica.

---

## Por que há tanta violência?

O economista **Clóvis Cavalcânti**, da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, procura fazer seu diagnóstico e apontar as causas. Leia e medite este tópico. "Difunde-se a impressão de que qualquer manobra é razoável para a conquista de posições; que o dinheiro é tudo, chegando-se até à sua veneração como bem supremo. Se tivermos em vista os textos bíblicos como instrumentos para se promover a correção dos padrões éticos desajeitados num país de suposto alicerce cristão, é clara a recomendação de que 'a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro, por cujo desenfreado desejo alguns se afastaram da fé e a si mesmos se afligem com múltiplos tormentos' (1Tim 6,10). Igualmente ouvimos a advertência de São Paulo: 'não vos torneis idólatras' (1Cor 10,7). O Brasil não pode andar desligado de um anteparo de valores elevados, que nos faça guiar as ações por critérios de ampla justificativa moral. Mais do que poupar e produzir é o de que precisamos para sobreviver".



# DISCERNIMENTO CRISTÃO E CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO

*Todo discernimento espiritual inclui uma dimensão sócio-política, ou seja, a organização dinâmica da convivência humana, a saber, a realidade da vida pública com suas leis e estruturas, com suas organizações econômicas, sociais, familiares, religiosas, recreativas, etc.*

**Pe. Mário de França Miranda, SJ**

Belo Horizonte, MG

O título desta breve reflexão procura já definir seus propósitos e seus limites. "Discernimento cristão" indica aqui o processo, cognoscitivo e volitivo (1), que antecede uma opção séria que se quer de fato "cristã"; logo não trataremos diretamente do discernimento sócio-político de um cristão diante de sistemas, ideologias, programas políticos ou linhas de ação diversas. "Contexto sócio-político" quer apenas dizer que a situação concreta na qual se encontra o cristão não é alheia a seu discernimento, não só por ser o cristianismo uma grandeza social que interfere e sofre influência da sociedade, mas também pela sua reivindicação de oferecer um sentido radical à história humana, englobando em sua compreensão a organização da sociedade, e fazendo de toda opção realmente cristã uma interpelação à ordem social concreta. Neste sentido todo discernimento cristão se dá num contexto determinado, cultural, psicológico, etc. Ao exprimir numa

unidade estas duas realidades revelamos a intenção de fundo, que deu origem a esta reflexão: fazer aflorar as exigências postas a um discernimento cristão pela realidade sócio-política; com outras palavras, chamar a atenção, de quem está diante de uma opção séria, que se quer fiel ao Evangelho, para as leis e mecanismos de ordem sócio-política que devem ser respeitados.

## I

Mais do que uma doutrina o cristianismo é uma práxis (2), que retira da práxis de Jesus Cristo sua especificidade, e conseqüentemente sua identidade e consistência (3). Esta práxis de Cristo, expressa em suas palavras e em suas ações, constitui toda a sua vida, abrange toda a sua história, ao longo da qual ela ia se constituindo e se manifestando; ela revela, segundo o testemunho do NT, uma **atitude fundamental de entrega**, ao Pai e aos homens, dando



sentido e unificando a multiplicidade de palavras e gestos que nos legou. Este dado aparece assim como de suma importância para compreendermos a práxis (e a pessoa) de Cristo, e conseqüentemente para podermos caracterizar o cristão como aquele que procura atualizar em sua vida esta peculiar "atitude de Cristo"; contudo, logo percebemos que esta caracterização **teórica** do cristão pouco nos ajuda quando buscamos concretizar hic et nunc uma práxis cristã, quando tencionamos responder na linha do Evangelho a uma situação complexa e desafiante. Esta dificuldade explica-se pelo fato de estarmos lidando com uma noção despojada da realidade concreta onde foi haurida; na verdade, a entrega de Cristo ao Pai é mais precisamente a história cotidiana desta entrega, com seus momentos de euforia e sofrimento; do mesmo modo seu amor aos homens é a história, cheia de imprevistos e incidentes, daquele acolhimento constante que seus contemporâneos experimentavam junto a ele.

Como a história não se repete e portanto como não podemos repristinar o contexto vital de Jesus Cristo, também não podemos "imitá-lo" na feição concreta que tomou sua práxis. Deste modo, a conformidade de nossa práxis com a de Cristo provém não da repetição (impossível) de suas ações passadas, mas da construção lenta e trabalhosa, ao longo de nossa vida, de sua atitude fundamental. Mesmo que caracterizemos esta postura de fundo, como o faz o NT, chamando-a de "caridade fraterna" (4), não sabemos porém como ela se tornará realidade e se ma-

nifestará em nossa história. Com outras palavras, esta característica formal da práxis cristã, por mais importante que seja, não nos ajuda muito, quando nos vemos abordados pela pluriforme e angustiante miséria humana e nos perguntamos, quais desses apelos humanos são interpelações divinas à nossa liberdade, são mediações da vontade de Deus a nosso respeito.

A Igreja cumpre sua missão e vem em nosso auxílio ao compreender e formular a práxis cristã para o **hoje** de cada época; com isto visa ela superar enunciados passados, causas de equívocos e distanciamentos do sentido evangélico. Contudo esta releitura, embora necessária, dirige-se a toda a comunidade eclesial, exprimindo-se inevitavelmente em proposições e normas **universais**, colocando assim o cristão diante de um leque de possíveis realizações históricas, todas elas aplicações evidentes do princípio geral, sem que ele possa se decidir por esta (e não por aquela) por representar claramente a vontade de Deus para ele (5).

De tudo o que foi dito, podemos já concluir que não há instância que substitua o próprio cristão na tarefa de discernir a práxis evangélica pertinente, nas diversas situações de sua vida, para que sua história seja de fato a história da atitude fundamental de Cristo, realizada em outro contexto e em outra época. O cristão é alguém que está continuamente às voltas com o discernimento, como aliás já observara São Paulo (6), e é por isso que um certo positivismo ou juridicismo religioso, embora mais difundido do que pensa-



Los, é contrário à fé cristã. A esta conclusão podemos também chegar partindo da ação específica do Espírito Santo, em Cristo e nós cristãos, tal como nos testemunha o NT (7). Esta ação, sempre nova e imprevisível, apelando à liberdade do homem, gera de fato história, ao fazê-lo sair de suas seguranças e correr o risco de uma vida cristã adulta.

## II

Tendo visto como o discernimento espiritual compete a todo e qualquer cristão, resta-nos examinar agora como este discernimento apresenta necessariamente uma dimensão sócio-política. Entendemos aqui política como a organização dinâmica da convivência humana, e esta em seu sentido mais universal, a saber, a realidade da vida pública com suas leis e estruturas, com suas organizações econômicas, sociais, familiares, religiosas, recreativas, etc. (8).

Enquanto o **Reino de Deus** não pode ser reduzido à formulação individualista e a-histórica do "salva a tua alma", por dizer respeito ao homem **todo**, corpo e alma, na sociedade e na história, a construção do Reino diz certamente respeito à política; de fato viver uma práxis na linha do Reino (ou da caridade fraterna) é lutar por uma convivência humana mais justa e mais fraterna, já que a meta suprema da organização social, à qual devem se submeter todos os outros valores, é o **homem**, e só ele. Há portanto uma união histórica de práxis cristã e práxis política, respeitando-se a au-

tonomia de cada uma, sem querer reduzir uma à outra; elas estão, como já foi escrito, unidas "inconfuse et indivise" (9). Daí decorre que, numa sociedade cada vez mais complexamente estruturada, a práxis cristã não possa prescindir das instituições sociais e deixar de penetrar no âmbito do político, onde são geradas, mantidas ou eliminadas tais instituições (10). "De fato não será sem decisões políticas que se dará maior ou menor atenção aos menos favorecidos e aos marginalizados. Delas decorre a alocação das parcelas destinadas no orçamento à execução e manutenção de obras prioritárias para o desenvolvimento de todos os membros da comunidade política" (11). Além disso não esqueçamos que a sociedade fraterna, visada pela práxis cristã, pressupõe relações interpessoais na linha do Evangelho, sendo que tais relações são, em grande parte, condicionadas pelas estruturas sociais; assim a práxis cristã, que se queira eficaz, deve assumir necessariamente formas sócio-políticas em vista das indispensáveis transformações estruturais (12). A importância desta observação é facilmente compreensível em nosso continente latino-americano, onde uma sociedade estruturada em função de um capitalismo selvagem dependente condena à miséria a grande maioria de seus membros. Uma caridade, que se reduza a ações de cunho assistencialista, não chega às raízes do mal, e uma caridade, que pretende se omitir politicamente, reforça e confirma o **status quo** pelo seu silêncio e pela sua omissão; no fundo faz também política, só que má política. Neste contexto



soam evidentes as palavras de Paulo VI: "A política é uma maneira exigente, se bem que não seja a única, de viver o compromisso cristão ao serviço dos outros" (13). Sem falar que a caridade realizada através das instituições, se de um lado nos priva do rosto concreto e agradecido, de outro nos liberta da tentação de exibicionismo, que acompanha o relacionamento interpessoal (14).

### III

Se a dinâmica da caridade cristã não conhece limites, sob pena de deixar de ser o que é, a opção concreta, dela originada, é uma realidade de contorno e perfil bem definido. Assim o amor fraterno também deve obedecer à lei da encarnação e fazer-se concreto na pequenez da situação histórica (15). Entre o dinamismo infinito da caridade e a opção concreta encontra-se o cristão, mediador indispensável para que a energia do amor não se desperdice em aplicações falsas ou ilusórias (16). Este realismo no discernimento (ou esta "discrição" como é conhecida na terminologia inaciana) é portanto uma exigência intrínseca ao próprio processo; sem ele a vontade de Deus não atingiria um sujeito real numa situação real. Assim ao assumirmos uma postura crítica diante de possíveis ilusões de ordem sócio-política, apenas estamos procurando ser fiéis às condições de um autêntico discernimento espiritual.

Uma primeira ilusão seria imaginar-se "diante da" realidade sócio-política como alguém que a olha de

fora, esquecendo-se de que todo homem está inevitavelmente "situado" na sociedade. Este fato pode comprometer seriamente um discernimento, pois, conforme o lugar social que ocupa, o indivíduo desenvolve uma série de práticas próprias de seu grupo social, as quais, por sua vez, são iluminadas, explicadas e unificadas por uma teoria correspondente, que as reforça e confirma (17). Mesmo sem perder uma certa autonomia, o momento laborativo e o momento teórico da práxis (18) se afirmam e fortalecem mutuamente, levando o indivíduo a se fechar no assim chamado "círculo ideológico" (19). Com outras palavras, o tecido social, embora criação do próprio homem, age por sua vez sobre ele, condicionando em parte sua consciência da realidade e seu agir. Não há portanto um lugar neutro, a partir do qual ser-lhe-ia possível deitar um olhar absolutamente imparcial sobre a realidade.

Outra ilusão seria pensar que temos acesso à realidade social de modo imediato e direto, quando estamos sempre apreendendo-a dentro de uma perspectiva concreta, determinada fortemente pela teoria correspondente ao nosso lugar social. Estas duas ilusões explicam a absurda possibilidade de um discernimento espiritual, realizado com toda seriedade e pureza de intenção, que chegue a concretizar equivocadamente a práxis cristã, de tal modo que ela favoreça e reforce uma situação injusta e antievangélica.

E se temos em consideração que a classe dominante na sociedade procurará sempre, com a finalidade



de manter sua posição, fazer com que a sua leitura da realidade social seja partilhada por **toda** a sociedade, dispondo para isso dos eficazes meios modernos de comunicação social, não deixará também o cristianismo de sofrer esta influência, tendo seus elementos próprios podados, desenvolvidos ou reestruturados, conforme se alinhem ou não com a definição social, elaborada pela classe dominante (20). Nem é preciso salientar a importância desta "compreensão" do cristianismo para um discernimento, uma vez que os critérios **cristãos** apresentam-se sempre como decisivos no mesmo (21).

Tudo isto nos leva a concluir que a ruptura do círculo ideológico é condição indispensável para a verdade do discernimento. Ela é, na verdade, **possível**, porque o momento teórico da práxis, embora esteja sempre numa unidade com o momento laborativo, dele não depende mecanicamente, já que goza de certa autonomia, de certa distância crítica, que permite ao homem inovar sua práxis; por outro lado, a situação concreta afeta a consciência (já que esta é sempre consciência do real) levando-a a novas compreensões da realidade; assim a novidade histórica apresenta-se também com uma autonomia relativa (22). Portanto o círculo ideológico não é uma necessidade, pode ser evitado; o único que pode levar a cabo esta ruptura é o homem como sujeito da práxis, que mediatiza um ao outro os dois momentos. Resta-nos ver **como** pode dar-se esta ruptura e o que resulta disso para o **homem**, agente da mesma.

A quebra do círculo ideológico se dá pelo rompimento na correspondência linear entre o momento laborativo e o momento teórico, o qual é provocado pela experiência do "diferente", que pode ser de natureza teórica (outra leitura e compreensão da realidade) ou de natureza prática (outro conjunto de práticas para se viver uma teoria); porém, devido à dialética dos dois momentos, questionando-se um deles, o outro também é ameaçado. Note-se entretanto que uma nova experiência só questiona de fato o momento laborativo (e através dele toda a práxis) se ela for acompanhada por um mínimo de teoria, que permita ver esta experiência em sua novidade; o mesmo vale para uma nova teoria que não deve estar desprovida de um mínimo de prática correspondente (23).

A experiência do diferente, e portanto a ruptura do círculo ideológico, exige bastante do sujeito da práxis cristã; é o momento ético-subjetivo do discernimento cristão, imprescindível para o seu desenrolar e razão explicativa, em grande parte, da omissão cristã na problemática social dos homens. De fato a série de práticas levadas a cabo pelo homem, e sobretudo as teorias, que as explicam e confirmam, desempenham papel importantíssimo em sua vida: ordenam suas experiências, integram novos elementos, unificam dados contingentes e múltiplos, revelam sua identidade, pela qual é acolhido na sociedade, e sobretudo lhe fornecem inteligibilidade e segurança (24). Daí a tendência inata do homem para conservar suas práticas



e o universo simbólico que as sustenta, desde que cumpram o papel que deles se espera (25). Muito naturalmente ele vê o diferente como uma ameaça ao seu pequeno mundo e à sua segurança; sua primeira reação será portanto de neutralizar a novidade perturbadora deste recém-chegado, absorvendo-a em seu sistema tornando-a assim inofensiva. Desde que não haja uma violência que, de fora, transforme os dados da situação, obrigando o homem a mudar suas práticas e buscar suporte em outro universo simbólico, ele não vencerá a inércia do imobilismo sem esforço pessoal e dispêndio de energia. Abrir-se ao diferente, entendê-lo em sua concretude, aceitá-lo em sua estranheza, implica inevitavelmente muita coragem e renúncia. Pois ele terá que abandonar o ninho aconchegante onde se instalara, e aprender a conviver com o risco e a intranquilidade. Ora disso ele só será capaz, na medida em que relativizar os elementos, teóricos e práticos, de seu pequeno mundo, diante de um valor de ordem superior. Para o cristianismo este absoluto é o **outro** (Deus, próximo), de tal modo que só uma opção prévia pelo outro, característica da práxis cristã (26), capacita o homem para ser sujeito de um discernimento, dotando-o da imprescindível liberdade interior (ou indiferença, como diria Inácio de Loyola). Esta opção prévia pelo outro, resposta do homem à ação salvífica de Deus, faz desencadear uma série de práticas que, enquanto frutos da liberdade, manifestam e reforçam sua práxis cristã (a própria opção prévia pelo outro); por outro lado, e esta consequência

é de muito peso para o nosso tema, devido à dialética entre o momento laborativo e teórico da práxis, estas práticas iluminam gradativamente a consciência, fazendo aparecer o discernimento cristão como um autêntico **processo**, que exige participação livre e ativa de quem o realiza (27).

Na América Latina a experiência do diferente é a experiência com as classes sociais oprimidas, marginalizadas do desenvolvimento sócio-econômico, seja ela realizada em nível teórico ou prático (ambos os momentos alcançam a práxis), sem que possamos privilegiar algum deles como o mais eficaz, embora o contato direto com a injustiça, a fome e a insegurança sacuda mais fortemente o homem do que os dados frios da ciência social ou do que a sedução intelectual de uma teoria. De qualquer modo, esta classe oprimida passa a ser o "lugar social" que nos faz ver, experimentar, entender e explicar a realidade social, objetiva e globalmente. Privilegiamos a "perspectiva do pobre" porque ao comungarmos com sua vida e destino, ao colocarmos-nos a seu lado numa sociedade conflitiva, ao aceitarmos-lo como quem ele é, tudo isto é feito, última e exclusivamente, porque ele é um homem, já que nada mais tem ele a nos oferecer que nos faça ir ao seu encontro. "Quem respeita no pobre a pessoa humana, respeita-a por aquilo que ela é, e não por aquilo que ela tem" (28). Logo, tomar partido pelo pobre é tomar partido pelo homem, é tomar partido pelo universal. Assim a opção prévia pelo outro, com tudo o que esta opção



implica para um discernimento que se quer cristão, aparece em toda a sua seriedade e verdade.

Mesmo atingindo a práxis cristã, pelas opções concretas que exige, a ruptura do círculo ideológico, em direção à perspectiva do pobre, é só **um fator** do discernimento, ainda que com conseqüências sócio-políticas. Este apenas chega a seu termo, quando o homem consegue encarnar o amor fraterno, o desejo de humanizar a sociedade, numa mediação concreta. Ao procurar esta opção bem determinada, ele deixará inevitavelmente a luminosa planície dos princípios, para se embrenhar na mata emaranhada e confusa da política, com sua linguagem e suas leis (29). Aqui não basta a boa intenção; faz-se mister uma avaliação realista dos fatores de ordem pessoal e de ordem estrutural que configuram uma "situação concreta", de dentro da qual brotará a opção que concluirá o discernimento. Naturalmente a imperfeição congênita de tal avaliação (quantidade de dados, diversidade de critérios e portanto de juízos) juntamente com o fato de que a ação visando transformar estruturas é diferente da ação interpessoal, pela utilização de mediações longas (instituições) cujos efeitos não são imediatos, revelam ao sujeito do discernimento que, ao lado da evidência intrínseca (30) que lhe fornece seu ângulo de visão nestas circunstâncias concretas, sua opção sócio-política é limitada e inadequada ao projeto original, é histórica, arriscada e mesmo reversível. Não sendo portanto linearmente determinada pela caridade, a ação só-

cio-política do cristão nem pode ser exaustivamente indicada decretoriamente "de cima" pelas autoridades da Igreja, nem pode se erigir em única ação válida e evangelicamente legítima, caindo na tentação do maniqueísmo político (31). Assim deve o cristão ter fundamentalmente uma atitude de respeito e mesmo de abertura com relação às opções diferentes da sua e realizadas séria e honestamente (32). Naturalmente uma opção sócio-política na linha da práxis cristã só se dá no interior de uma ideologia política, seja esta opção partidária ou não; dados os limites que impusemos a esta reflexão, não iremos abordar explicitamente esta problemática (33), mas julgamos que as exigências próprias de um discernimento cristão até aqui elencadas, são válidas também neste nível.

Mesmo que queiramos olhar o discernimento cristão num contexto sócio-político com todo o rigor de uma reflexão científica, seja na escolha da compreensão teológica (mediação hermenêutica), seja na captação da realidade social (mediação sócio-analítica), é decisiva a atuação do sujeito que discerne, enquanto sujeito **cristão**, cuja práxis específica terá algo a dizer a tais mediações (34). Com isto confirma-se a importância da perspectiva adotada nesta reflexão, que procurou fazer emergir o principal obstáculo ao discernimento cristão, ou seja, o desempenho ético do sujeito que o realiza.



(1) Ver o discernimento cristão como um processo, que requer opções para se desenvolver, é um dos méritos da obra de Daniel Gil, **Discernimiento según San Ignacio**, Roma 1980. (2) Rm 12,1; ver o excelente estudo de F. Taborda, **Fé Cristã e Práxis Histórica**. Sobre a estrutura do conceito de práxis e seu emprego em Teologia, em **REB** 41 (1981) 250-278. (3) Jo 13,34s. (4) H. Schürmann, Die Frage nach der Verbindlichkeit der neutestamentlichen Wertungen und Weisungen, em J. Ratzinger, **Prinzipien christlicher Moral**, Einsiedeln 1975, 9-39. (5) K. Rahner, **Das Dynamische, in der Kirche**, Freiburg 1958, 14-37. Naturalmente há diversos níveis da proclamação eclesial da práxis cristã, desde o mais vivido que expressa o "sensus fidelium" até os pronunciamentos solenes do magistério, todos releituras em vista de um contexto epocal e determinado, traduzidas por vezes em opções concretas que apresentam a própria Igreja como **sujeito** de um discernimento, tal como se deu em Puebla com a opção pelos pobres feita pelo episcopado latino-americano. Mas mesmo nesses casos permanece o cristão diante das multiformes concretizações desta opção eclesial específica. (6) Rm 12,2 Ef 5,7-11; Fl 1,9s. Para um estudo mais completo ver G. Therrien, **Le discernement dans les écrits pauliniens**, Paris 1973. (7) M. de França Miranda, **Libertados para a práxis da justiça**, São Paulo 1980, 127-136. (8) Não opomos este conceito mais geral de política ao de política partidária, como o faz, por exemplo, o documento de Puebla (521-523) e normalmente o magistério eclesiástico. A opção cristã, visada pelo discernimento, pode se dar em quaisquer dos diversos níveis de compromisso político, pois **intencionalmente** não consideramos a categoria do sujeito deste discernimento no interior da Igreja. (9) J. C. Scannone, **Teologia de la liberación y práxis popular**, Salamanca 1976, 29-51. (10) Jean-Marie Domenach, Pour une éthique de l'engagement, em **Christus** 13 (1966) 466-477.

(11) **Igreja e Política**, Estudos da CNBB n. 25. (12) J. B. Libânio, **Discernimento e política**, Petrópolis 1977, 109. (13) **Octogesima Adveniens** 46. (14) P. Ricoeur, **Histoire et vérité**, Paris 1955, 110s. (15) J. B. Libânio, **Discernimento espiritual**, São Paulo 1977, 131. (16) H. C. de Lima Vaz, Descrição e amor, em **Verbum** 13 (1956) 459-484, aqui 467. (17) P. Berger-Th. Luckmann, **A construção social da realidade**, Petrópolis 1978, 126-172. (18) F. Taborda, **art. cit.** 258s. (19) J. L. Segundo, **Libertação da teologia**, São Paulo 1978, 9-43; J. B. Libânio, **Formação da consciência crítica. Subsídios sócio-analíticos**, Petrópolis 1979, 27-34. (20) Otto Maduro, **Religião e luta de classes**, Petrópolis 1981, 99s. (21) Naturalmente reconhecemos que estes critérios cristãos nunca se encontram em "estado puro", mas sempre envolvidos numa **ideologia** em seu sentido mais geral; de fato a práxis cristã só persevera num suporte, numa estrutura social, a qual permite àqueles que a vivem ordenar, entender e explicar a realidade social, definindo seu papel e integrando-se assim à mesma. Examinar mais a fundo a unidade e distinção entre práxis cristã e ideologia (assim entendida) cristã com vistas a um discernimento, ultrapassa o objetivo modesto deste trabalho. Ver L. Boisset-M. Simon, **Science, idéologies et foi chrétienne**, Lyon 1979, 67-110, 126-139. (22) F. Taborda, **art. cit.** 259. (23) J. B. Libânio, **ob. cit.**, 38-43. (24) P. Berger-Th. Luckmann, **ob. cit.**, 134-140. (25) Devido a esta força de inércia, até o mais radical dos revolucionários pode ter, no fundo, uma atitude eminentemente "conservadora", semelhante à do mais tradicionalista de seus opositores. (26) França Miranda, **ob. cit.**, 99-109; J. L. Segundo, **ob. cit.**, 77-105. (27) Estas duas características do discernimento cristão aparecem claramente, embora sob outra terminologia, no já citado texto de São Paulo (Fl 1,9s). (28) F. Taborda, **Instituições de Teologia e Pluralismo Cultural**, em **REB** 38 (1978) 719-742, aqui 730. (29) P. Valadier, **Agir en politique. Décision mo-**



**rale et pluralisme politique**, Paris 1980, 55-59. (30) O sujeito desta evidência intrínseca pode também ser um grupo, uma comunidade, como por exemplo uma Igreja local, que pode realizar opções sócio-políticas ininteligíveis para outras Igrejas locais, por não gozarem da situação concreta onde brilha a evidência interna. Ilegítimo seria querer universalizar para todas as Igrejas, vivendo talvez em outras circunstâncias e problemáticas, suas próprias opções. (31) P. Valadier, *ob. cit.*, 25-43. (32) G. Matagrín, **Politique, Église et Foi**, Paris 1972, 81s; não se trata de defender a legitimidade teórica de um pluralismo político dos cristãos, aplicável a todas

as situações; de fato pode suceder que as circunstâncias sejam tais, que apenas uma modalidade de opção sócio-política corresponda ao Evangelho. (33) Como o faz, por exemplo, com relação à ideologia capitalista ou socialista para o terceiro mundo, P. Berger, **Pyramids of Sacrifice, Political Ethics and Social Change**, Nova Iorque 1974. (34) É o que nos mostra o excelente livro de C. Boff, **Teologia e prática. Teologia do político e suas mediações**, Petrópolis 1978; para a mediação hermenêutica, ver 175-200, e para a escolha do instrumental de análise da realidade social, ver 122-126.

---

## **Instituto Secular — II**

### **Os Institutos Seculares são apenas femininos?**

Não. Há, também, institutos masculinos. São poucos, é verdade. Por esta mesma razão, a quase totalidade deles é laical. Alguns, todavia, são clericais, formados de sacerdotes diocesanos que procuram no Instituto mais um caminho de santificação.

### **Quantos são hoje os Institutos Seculares?**

Em todo o mundo são 135. Destes, 48 são de direito pontifício, ou seja, aprovados pela Santa Sé para o âmbito da Igreja Universal. Os outros 87 são de âmbito diocesano. Sete destes 135 Institutos nasceram em países missionários: África, Ásia e Oceânia, e dois, no Oriente Próximo.

### **E no Brasil?**

Existem somente dois Institutos Seculares — ambos femininos — de direito pontifício fundados no Brasil. São as Servas de Jesus Sacerdote, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo e as Catequistas do Sagrado Coração de Jesus, com sede em Prudentópolis, Estado do Paraná. Existem outros Institutos Seculares fundados no Brasil, mas de direito diocesano.



# RESTABELECE A JUSTIÇA DE DEUS NO MEIO DO POVO. VIDA E LUTA DO PROFETA ELIAS. SOBRE A MISSÃO PROFÉTICA

*Elias agia como profeta de Javé,  
isto é, a partir de sua experiência de Deus.  
E a partir da compreensão da aliança,  
lançava a luz de sua palavra sobre a situação  
e denunciava o que nela estava errado.*

**Frei Carlos Mesters, O. Carm.**  
Belo Horizonte, MG

Foi-me pedido um artigo sobre "A Dimensão Profética da Vida Religiosa na atual Situação Histórica". Achei o assunto muito difícil e fiz outra proposta: "Colocar diante de nós, religiosos do Brasil, o espelho da vida e da luta do profeta Elias e ver as três vias pelas quais ele, como profeta, tentou restabelecer a justiça de Deus no meio do povo". A proposta foi aceita.

Escolhi o profeta Elias por vários motivos: 1. Ele é o grande profeta do Antigo Testamento. Junto com Moisés, apareceu no Monte Tabor para, em nome do AT, legitimar Jesus como o Enviado do Pai junto dos apóstolos (Mt 17,3). 2. Tanto no AT como no NT, Elias aparece como aquele que deve voltar no fim dos tempos (Mal 3,23; Mt 17,10; Apc 11,3-13), para realizar uma missão de justiça e preparar um povo bem organizado para o Senhor (Lc 1,17). 3. Elias inspirou a ação

profética de João Batista (Mt 11,14; 17,11-13) que procurou "caminhar diante do Senhor no espírito e no poder de Elias" (Lc 1,17). 4. Na tradição da Igreja, atestada pelos Santos Padres mais antigos, Elias aparece como o grande místico, como um daqueles que inspiraram o surgimento da Vida Religiosa. 5. Na tradição do povo palestino, ele aparece até hoje como o Santo da devoção de todos, o Santo dos impossíveis, extremamente popular. 6. Na Ordem do Carmo, Elias aparece como o grande inspirador da mística dos Santos do Carmelo, e é chamado "Nosso Pai, o profeta Elias". 7. Finalmente, nas comunidades eclesiais de base, onde a vida e a luta de Moisés já são bem conhecidas, a vida e a luta de Elias, seu companheiro no Monte Tabor, poderiam ser meditadas e refletidas com muito proveito para a caminhada e para uma melhor descoberta da nossa missão.



## A MEMÓRIA PERIGOSA DO POVO DE DEUS O QUADRO DE REFERÊNCIAS QUE ORIENTOU A AÇÃO DO PROFETA ELIAS

A Bíblia diz que o profeta Elias voltará no fim dos tempos para “apaziguar a ira de Deus” (Ecli 48,10), impedir o “extermínio do país” (Mal 3,24) e “preparar um povo bem organizado para o Senhor” (Lc 1,17). Ela afirma ainda que Elias, para poder realizar esta missão, “restabelecerá as tribos de Jacó” (Ecli 48,10), “reconduzirá o coração dos pais para os filhos e o coração dos filhos para os pais” (Mal 3,24); Ecli 48,10; Lc 1,17), “reconduzirá os rebeldes para a sabedoria dos justos” (Lc 1,17), e afirma que Deus, por meio de Elias, **lembrara** ao povo a Lei, entregue a Moisés no Monte Horeb (Mal 3,22). Numa palavra, conforme a Bíblia, Elias virá para “restabelecer todas as coisas” (Mt 17,11; Mc 9,12).

**Restabelecer, reconduzir, lembrar:** estas expressões indicam que Elias, para realizar a sua missão no futuro, se orientará por critérios tirados do passado. O passado que transporece nos textos citados e que serve como quadro de referências para a ação do profeta, é o período que vai desde a saída do Egito até o fim da época dos Juízes. Pois foi neste período que as doze tribos de Jacó viviam numa espécie de confederação igualitária. Foi neste mesmo período de mais ou menos duzentos anos (1250 até 1050 antes de Cristo), que o povo chegou a realizar, pela primeira vez, ainda que muito imperfeitamente, o ideal da aliança: vi-

via bem organizado, de acordo com a Lei de Deus, entregue a Moisés no Monte Horeb; vivia na fraternidade, sem opressão, pois era um povo de justos, sem rebeldia contra a lei de Deus; vivia na fidelidade à Tradição, transmitida de pai para filho, sem ruptura de gerações.

Esta era a situação ideal do passado que devia ser **lembrada e restabelecida** pela ação do profeta Elias, e para a qual o povo devia ser **reconduzido**. Era este o passado que, sempre de novo, acordava na memória perigosa do povo de Deus.

A memória do povo de Deus é perigosa porque, quando acorda, ela denuncia os desvios existentes no presente e acusa os responsáveis pelos desvios. Ela é fonte constante de tensões salutarens dentro da comunidade. A memória perigosa é a Tradição viva do povo de Deus; é a fonte permanente da sua identidade. É ela que, sempre de novo, permite ao povo reencontrar-se consigo mesmo e com Deus, para além das suas divergências internas.

Foi esta memória perigosa do povo de Deus que acordou em Elias e ofereceu a ele o quadro de referências para a sua ação profética. Ela está acordando hoje, tanto na Igreja como na Sociedade, produzindo um sopro incômodo de renovação em todo canto.

Vamos agora ver de perto em que consistia exatamente aquele ideal do



passado que não queria morrer e que continuava tão vivo na memória do povo da Bíblia do tempo do profeta Elias.

## 2.

### **A INJUSTIÇA QUE ESCONDE O ROSTO DE DEUS AO POVO DO IDEAL DE JUSTIÇA VIVIDO NO PASSADO AO DESVIO NO TEMPO DE ELIAS**

#### **1. A convivência idealizada do sistema tribal**

A convivência igualitária e fraterna das doze tribos de Jacó nasceu da dupla vontade do povo de Deus de se opor ao sistema opressor do Faraó do Egito e de expressar comunitariamente a sua fé em Javé, o Deus do povo. Expressar a nova fé em Javé e impedir o retorno da opressão eram os dois lados da mesma medalha. Vejamos as características principais deste ideal de convivência fraterna:

#### **Antes: no Egito e em Canaã**

1. Poder centralizado no rei. O "direito do rei" (1 Sm 8,11-18) vigora como fonte jurídica da opressão e da exploração do povo; o poder é hereditário, propriedade privada da família do rei.
2. Exército estável de mercenários pagos, que permite ao rei governar pela força.
3. Exploração do trabalho escravo para poder sustentar o exército, financiar as grandes obras (palácio e templo) e fazer as guerras; imposição de impostos e trabalhos forçados.
4. No Egito, o acesso ao saber era reservado a poucos, pois exigia o estudo de milhares de hieróglifos.
5. Sacerdócio latifundiário e centralizador apóia e legitima o sistema do faraó e dos reis de Canaã.

6. Culto feito de rito e de mito.

7. A supremacia do deus do faraó sobre os outros deuses legitima a dominação do faraó sobre o resto.

8. Leis criadas pelo rei e seus ministros para sustentar o regime de opressão e legitimar a exploração.

#### **Depois: no sistema tribal**

1. Poder descentralizado (Ex 18,1-27); decisões tomadas em assembleias gerais do povo (Jos 24,1ss); liderança carismática e não hereditária, que se impõe pelo testemunho (Jos 24,15; 1 Sam 12,3).
2. Exército popular, criado na hora das necessidades, defende o bem comum de todos (Juiz 3,27-29; 4,6.10; 6,33-35; etc.).
3. Autonomia produtiva: propriedade comunitária da terra (Jos 13,1 até 21,45); o latifúndio é proibido, pois a terra não pode ser comprada nem vendida (Lev 25,23); proibição de acumular bens sem necessidade (Ex 16,4-5.16-27).
4. Adotaram o sistema de 25 letras e facilitaram assim a alfabetização e o acesso de todos ao saber.
5. A tribo sacerdotal de Levi não pode ter terra; a sua função é animar a fé do povo em Javé (Núm 18,20; Dt 10,8-9); inicialmente, o culto é descentralizado.
6. O culto celebra a vida e a história (páscoa).
7. A fé em Javé, Deus único, liberta o povo, e condena toda e qualquer forma de opressão e de discriminação.



8. Leis novas defendem o sistema igualitário e fraterno e lhe dão uma certa estabilidade: os Dez Mandamentos (Ex 20,1-17) e o Código da Aliança (Ex 20,22 até 23,19).

Este ideal de convivência fraterna inspirou as histórias dos Patriarcas. É por isso que, na Bíblia, os Patriarcas aparecem como ricos e não como pobres. No sistema das 12 tribos a riqueza era realmente uma bênção de Deus, pois ela era fruto **não** do empobrecimento dos outros, mas **sim** da boa observância das novas leis do Projeto de Deus que proibiam a acumulação dos bens e recomendavam a partilha fraterna. Quando os bens são partilhados e não acumulados, ninguém passa necessidades e todos têm abundância. É por isso que na história-modelo dos Patriarcas não aparece pobre.

É por isso também que, no sistema tribal, **pobre** era sinônimo de preguiçoso ou de irresponsável. Alguns provérbios antigos do tempo dos Juízes ainda refletem esta mentalidade (Prov 6,9-11; 10,4; 10,22; 21,17; 23,21). A palavra **pobre** aparece, pela primeira vez, no livro do Êxodo, no Código da Aliança (Ex 22,24; 23,3.6.11). E ela aparece não como fruto da preguiça nem da irresponsabilidade, mas como consequência do enriquecimento de alguns. Como veremos, a palavra **pobre** faz a sua entrada na Bíblia como sinônimo de **empobrecido**.

## 2. As causas do empobrecimento

O Código da Aliança (Ex 20,22 até 23,19) é um espelho da situação social do fim da época dos Juízes, em torno do ano 1050 antes de Cristo. Ele fala de assassinatos (Ex

21,12-15), seqüestros (Ex 21,16), roubos (Ex 22,1-3) e brigas (21,18-27); da venda de filhas como escravas (Ex 21,7), da invasão do roçado pelo boi do outro (Ex 22,4), da exploração dos pobres por meio de juros altos (Ex 22,24), da opressão dos órfãos, viúvas e estrangeiros (Ex 22,20-21), da falta de justiça nos tribunais (Ex 23,6-8). Quais as causas que produziram estes problemas sociais? O que foi que fez o povo decair daquela convivência fraterna e igualitária do sistema tribal?

Vários fatores externos e internos desarticularam a organização fraterna e igualitária da vida das doze tribos: 1. A introdução do boi como meio de produção agrícola favoreceu o enriquecimento rápido dos donos dos bois à custa dos outros que, por vezes, eram obrigados a se vender como escravos (cf. Ex 21,1-11). 2. As invasões constantes de madianitas, filisteus e outros tornavam difícil o cultivo tranqüilo da terra (Juiz 6,1-6). 3. O monopólio de ferro dava aos filisteus o controle sobre a agricultura e sobre as armas dos hebreus (1Sm 13,19-22). Assim, a base econômica do sistema tribal estava constantemente ameaçada. 4. Por outro lado, a falta de compromisso interno com a Lei de Deus e, além disso, a mistura com os povos cananeus fizeram o povo perder a combatividade, a criatividade e a visão clara das coisas e de Deus, e o levaram a querer ser como os outros povos (1Sam 8,5 e 8,20). 5. Os filisteus chegaram a roubar a arca da aliança, símbolo central da fé do povo (1Sam 4,11). Isto contribuiu para a crença de que os deu-



ses dos outros eram igualmente fortes. 6. Os levitas, em vez de animarem a fé do povo em Javé e de estimularem o compromisso interno com a Lei de Deus, abusavam do culto em benefício próprio (1Sam 2,12-17); a liderança dos filhos de Samuel estava enfraquecida e já não se impunha pelo testemunho (1Sam 8,3-5). 7. A ineficácia do sistema tribal em defender as próprias fronteiras e o bem comum do povo contra os ataques dos reis de Canaã levou o povo a querer mudar o "Juiz" em "Rei" (Juiz 8,22-23). Queriam mudar o sistema, para ter mais segurança. No fim, após algumas tentativas fracassadas (Juiz 9,1-57), a monarquia entrou através da esper-teza e da competência de Davi.

Estes fatores econômicos, sociais, políticos e religiosos desarticularam o sistema tribal. A oposição rico/pobre foi entrando para dentro da convivência tribal. As palavras usadas no Código da Aliança para designar o pobre: **ani** (Ex 22,24), **dal** (Ex 23,3) e **ebjôn** (Ex 23,6.11) significam **empobrecido**, **humilhado**, **homem em petição**. Elas mostram que a pobreza já não era vista como fruto da preguiça ou da irresponsabilidade. O pobre passou a ser fruto da injustiça! O rico passou a ser o homem "grosseiro e mau" (1Sam 25,3), que ignorava as necessidades do irmão e olhava só os seus próprios interesses (1Sam 25,10-11).

Com a entrada da monarquia entrou em vigor o "direito do rei" (cf. 1Sam 8,11-18) e começou a mudar a estrutura da convivência social. O poder deixou de ser uma atribuição da assembléia geral das doze tribos

e tornou-se propriedade privada da família de Davi. Para poder exercer a sua função de rei, Davi conquistou para si uma nova capital (2Sam 5,11), montou um quadro fixo de funcionários e sacerdotes (2Sam 8,15-18; 20,23-26) e aumentou o número de suas mulheres (2Sam 5,13). Salomão continuou, ampliou e consolidou a obra do pai: construiu o templo, aumentou o luxo e a riqueza, fortaleceu o exército, aumentou o território, intensificou o comércio e amou muitas mulheres (1Reis 10,1 até 11,6).

Para poder financiar e manter todas estas obras, Davi criou impostos (cf. 1Sam 17,25; 2Sam 24,1-9) e trabalhos forçados (2Sam 20,24; 12,31). Também neste ponto, Salomão continuou, ampliou e consolidou a obra do pai: para poder cobrar melhor os impostos, dividiu o território em doze distritos (1Reis 4,7 até 5,8), enfraquecendo assim a resistência interna do sistema tribal; para poder construir o templo, recrutou um total de 180.000 homens para trabalhos forçados (1 Reis 5,27-30), dando assim a impressão como se Deus, Javé, o morador do templo, estivesse de acordo com esta opressão.

Assim, no fim do reinado de Salomão, mais ou menos 300 anos depois da saída do Egito, o povo estava novamente numa "dura escravidão" (1Reis 12,4), pior do que a escravidão do Egito, pois ela era imposta ao povo pelo próprio rei, o irmão de todos e o ungido de Javé! Foi a escravidão imposta por Salomão que levou as dez tribos do Norte a se rebelarem contra o sistema da monarquia (1Reis 12,1-19).



Mas foi uma rebelião sem resultado, uma revolução sem futuro, pois levou à criação de mais uma monarquia, a monarquia de Israel, em tudo igual à de Judá! (1Reis 12,20).

A monarquia veio por causa da necessidade urgente de se garantir a sobrevivência do povo e de libertá-lo da ameaça dos filisteus. Mas ela trazia dentro de si o germe da opressão. De fato, os reis, em vez de melhorarem a situação dos pobres, agravaram-na ainda mais. Em vez de se preocuparem com a restauração da convivência igualitária e fraterna do tempo dos Juízes, faziam o contrário. Imitavam o exemplo do Faraó do Egito e dos reis de Canaã. Por isso, a própria Bíblia, no livro dos Reis, condena todos eles com exceção de apenas três: Davi, Ezequias e Josias.

### **3. A situação do povo no tempo do profeta Elias**

O profeta Elias viveu em torno do ano 850 antes de Cristo. Era nordestino de Galaad (1R 17,1), região que pertencia ao reino de Israel. Em Israel reinava Acab, filho de Omri. Omri, um general, tinha conquistado o poder através de um golpe militar (1R 16,15-22). Os dois, Omri e Acab, trouxeram um grande desenvolvimento econômico, atestado pela arqueologia. Mas foi um progresso feito à custa de muitas injustiças que aumentaram ainda mais a oposição entre ricos e pobres.

Por exemplo, na antiga capital Tirça, onde Omri reinara durante seis anos (1R 16,23), os arqueólogos encontraram vestígios de bair-

ros ricos e pobres. Na nova capital Samaria (1R 16,24), Acab construiu a sua "casa de marfim" (1R 22,39), condenada mais tarde pelo profeta Amós (Am 3,15; 6,4). Acab não se preocupava com a fome do povo, mas só com "os cavalos e os burros" (1R 18,5), isto é, só com o **exército** e o **comércio**. Comodamente sentados no luxo da capital Samaria (cf. Am 6,1), os ricos faziam as suas festas à custa do povo (Am 4,1), sem se preocupar com a "ruína de José" (Am 6,6).

Acab introduziu os falsos deuses no templo de Samaria (1R 16,30-33). Chegou-se ao ponto de sacrificar os próprios filhos a estes deuses (1R 16,34). Os profetas destes falsos deuses gozavam de privilégios na casa de Jesabel, esposa de Acab (1R 18,19). Os profetas de Javé, o Deus verdadeiro, eram perseguidos e massacrados (1R 18,4; 19,10). Apelando para o "direito do rei" (cf. 1R 21,7), Acab e Jesabel pisavam no direito dos pobres, roubavam suas terras e matavam para poder alcançar os seus objetivos (1R 21,1-16). Quem não pensava como o rei era considerado "flagelo do povo" (1R 18,17) e "inimigo do rei" (1R 21,20). O povo ficou com medo, sem coragem de contestar (1R 18,12.14); ficou confuso, sem saber de que lado ficar (1R 18,21). Desapareceu a igualdade e a fraternidade. O povo rachou no meio: de um lado, os pobres, do outro, os ricos. O culpado de tudo era o próprio rei por ele ter abandonado a Javé e a sua lei (1R 18,18) e por ter reduzido Deus e a religião ao tamanho dos interesses da monarquia.



#### 4. A tentativa de neutralizar o grito do pobre

A presença de “empobrecidos” no meio do povo era um sinal evidente de que alguns se enriqueceram demais e que, portanto, a aliança tinha sido quebrada. Por isso, o **pobre** tornou-se uma presença incômoda. Mesmo sem gritar e sem falar nada, a sua simples presença era um grito que interpelava a consciência da nação.

A nação respondia de duas maneiras. Havia os que se identificavam com a memória perigosa do povo de Deus, com a tradição que vinha desde Moisés. Estes interpretavam o grito do pobre como um apelo de Deus e procuravam alertar a nação para que ela se convertesse e se animasse a reconstruir a aliança que pedia igualdade e fraternidade. Um destes foi o profeta Elias. Havia outros que se identificavam mais com o governo, com a tradição da monarquia. Estes procuravam neutralizar o grito do pobre e o explicavam de tal maneira que ele já não incomodasse a consciência do rei e dos seus funcionários. Assim, eles proporcionavam aos ricos o direito de poder continuar tranquilos na posse de seus bens e na amizade com Deus.

O grito do pobre acusava aqueles, cuja riqueza era fruto do empobrecimento dos outros, e os interrogava: “Por que vocês são tão ricos?” O rei, os ricos, os nobres, os funcionários e os sábios do governo reagiam e se defendiam contra o grito do po-

bre. Uma primeira defesa era a separação física. Procuravam não ouvir o grito, indo morar longe dos pobres lá no alto dos palácios da Samaria (cf Am 6,1). O que não se vê e não se ouve, incomoda menos!

Uma outra defesa era a separação ideológica. Os sábios do governo recolhiam aqueles provérbios antigos (cf. Prov 25,1) do tempo dos Juízes que atribuíam a pobreza à preguiça, à irresponsabilidade ou à incompetência, e os repetiam à luz da ideologia dominante. Assim, na boca do rei e dos seus funcionários, a palavra **pobre** tornava-se, novamente, sinônimo de incompetente, preguiçoso e irresponsável. O pobre começava a ser considerado como uma pessoa inferior que não devia ser levada a sério (Ecl 9,13-16; Ecl 13,4; 13,21-23). Ser pobre era odioso (Prov 14,20; 19,4.7). E finalmente, concluíam que o sofrimento da pobreza devia ser castigo de Deus (cf Jó 4,7-8).

Desta maneira, o grito do pobre ficou neutralizado e já não incomodava mais. Agora, em vez de o pobre ser uma acusação contra o rico, era o rico que se tornava uma acusação contra o pobre e o interrogava: “Por que é que você é tão pobre?” O pobre perdeu o direito de gritar, pois ele mesmo acabou sendo o único culpado da sua própria pobreza! Ele não soube lutar para subir na vida! Sociologicamente, era um ser inferior; teologicamente, um pecador! O natural mesmo era ser rico! A riqueza era vista como fruto da sabedoria (Prov 8,12-18) e da hu-



mildade (Prov 22,4). Com outras palavras, a pobreza era fruto da estupidez e do orgulho. A riqueza era apreciada como bênção de Deus (Prov 10,22). Assim, o rico podia continuar tranqüilo na posse dos seus bens, sem se preocupar com os pobres, "fazendo aumentar cada vez mais o seu capital" (Sl 73(72),12).

O sistema da monarquia, pela sua própria natureza, roubou do povo aquele poder de participação que caracterizava a organização das doze tribos no tempo dos Juízes. Além disso, tirando dele a terra e obrigando-o a impostos e trabalhos forçados, os reis roubaram do povo aquela riqueza e aquele bem-estar que ainda transparecem nos relatos dos Patriarcas. E finalmente, declarando o pobre incompetente e inferior e dizendo que o sofrimento da pobreza era castigo de Deus, os sábios do sistema completaram o roubo. Tiraram do empobrecido a consciência de gente e de filho de Deus! Assim, na boca do rei, dos grandes e dos falsos profetas, Javé, o Deus do povo, ficou enquadrado no sistema da monarquia. Para eles, a religião de Javé só existia para defender os interesses do rei e para condenar quem fosse contrário a ele. Na prática, Javé se tornou um ídolo qualquer, peça central do sistema. Assim, a estrutura injusta da sociedade chegou ao ponto de esconder a face de Deus ao povo!

## **5. A reação dos pobres**

A maioria dos pobres acabou aceitando o pensamento da classe

dominante. Convenceram-se de que eram realmente incapazes e inferiores frente aos grandes. Levados pela propaganda oficial da rainha Jisabel, quase todos abandonaram a aliança (1R 19,10.14). Muitos ficaram confusos, sem saber de que lado ficar: do lado de Baal ou do lado de Javé (1R 10,21). Outros já nem se questionavam e obedeciam simplesmente às ordens do rei, mesmo que a ordem fosse contrária à sua fé (2R 1,9-12).

Outros, porém, resistiam à pressão do ambiente e continuavam fiéis. Por exemplo, Abdias, o empregado do rei, contrariou a ordem da rainha e salvou a vida de cem profetas (1R 18,4). A viúva pobre e estrangeira de Sarepta continuava fiel à partilha dos bens (1R 17,13-16). Nabot, o lavrador, continuava fiel à lei que proibia a venda ou a troca de terras (1R 21,3). Forçado pelo medo de perder a vida, o terceiro capitão teve a coragem de desobedecer à ordem do rei (2R 1,13-14). Além destes, havia sete mil homens, desconhecidos até para Elias, que não tinham dobrado o joelho diante de Baal (1R 19,18).

Eram os pobres, os pequenos, os desconhecidos, que continuavam fiéis ao ideal da aliança. Calados e escondidos, resistiam às pretensões do rei e da rainha. Ora, foi a resistência calada e paciente destes pobres anônimos, que despertou em Elias a memória perigosa do povo de Deus e provocou nele a luta contra o empobrecimento, contra a injustiça.



## O DESPERTAR DA MEMÓRIA PERIGOSA DO POVO DE DEUS ELIAS REFAZ A CAMINHADA DO POVO DE DEUS E VOLTA AS FONTES DA FÉ

A memória perigosa do povo de Deus não acorda por um simples estudo teórico e científico do passado (por mais necessário que seja este estudo), mas sim por uma nova experiência de Deus dentro da realidade da vida. O despertar da memória não é só uma questão de lembrar o passado ou de decorar os mandamentos da Lei de Deus, mas sim de refazer a caminhada do povo e de experimentar, no concreto, as exigências de Deus na vida. Lembrar o passado do povo de Deus é o mesmo que reencontrar o Deus do povo, o mesmo Deus que, no passado, libertou o povo do Egito, lhe deu a lei como expressão da sua Vontade e o ajudou a se organizar de uma maneira fraterna e igualitária. O despertar da memória é um processo de conversão para o Deus do povo e para o povo de Deus. Vejamos isto na vida do profeta Elias.

A história do profeta Elias começa de repente, sem introdução, com o anúncio da seca ao rei Acab (1R 17,7). Logo em seguida, o apelo de Deus se faz presente na vida de Elias e lhe diz: "Parte daqui, toma a direção do Oriente, e vai esconder-te na torrente de Karit" (1R 17,3). Partir de onde? Daquela situação de injustiça, criada no meio do povo por causa do abandono da lei de Deus por parte do rei (1R 18,18). Partir para onde? Para Karit! Karit é um lugar deserto, do outro lado do Jordão, de onde o povo tinha vindo no tempo de Moisés.

No passado, Moisés enfrentou o Faraó, anunciou as pragas e caminhou para o deserto, onde o povo foi alimentado por Deus com maná e codornizes (Ex 16,1-35). Da mesma maneira, agora, Elias enfrenta o rei, anuncia a praga da seca e caminha para o deserto, onde ele é alimentado por Deus com pão e carne (1R 17,4-6). Com outras palavras, obedecendo à ordem divina, Elias refaz a caminhada do povo, revive a história do passado, inicia a volta às fontes da fé e toma o caminho do reencontro com Javé. Começa nele o despertar da memória perigosa do povo de Deus!

A volta às origens da fé, o despertar da memória perigosa, é um aprendizado longo e penoso. Depois de Karit, o apelo de Deus leva Elias para a casa da viúva pobre e estrangeira (1R 17,8-12). **Viúva, pobre e estrangeira!** Três categorias para indicar o povo marginalizado! Ora, apesar de marginalizada, esta mulher conservava qualidades que o rei já não conservava. O rei, na sua riqueza, só estava interessado em acumular terras (1R 21,1-16), em reforçar o seu exército ("cavalos") e o seu comércio ("burros") (1R 18,5). Ele não era capaz de enxergar o apelo de Deus nas palavras de Elias. Para o rei, Elias era o "flagelo do povo" (1R 18,17). A mulher, porém, na sua pobreza, conservava o ideal da partilha dos bens (1R 17,13-15) e a capacidade de reconhecer o apelo de Deus



em Elias (1R 17,24). Com outras palavras, o ideal da aliança, vivido no passado e perdido por causa da infidelidade do sistema da monarquia, não estava de todo perdido, pois estava sendo conservado no escondido pelo povo pobre, marginalizado e estrangeiro!

Ora, é com este povo que Elias faz o aprendizado! Durante três anos, ele não exerce nenhuma atividade. Apenas convive com a viúva pobre que nem sequer pertencia ao povo de Deus (cf Luc 4,25-26). A pedido dela, Elias começa a rezar e a interceder pela vida do filho (1R 17,19-21). Assim, a sua oração torna-se expressão do clamor da viúva e, por isso, tem eficácia. "Deus atendeu ao clamor de Elias" (1R 17,22), pois Ele é um Deus que ouve o clamor dos pobres (Ex 2,23-24; 3,7-9; 22,21-23; 22,26; etc.).

No fim do aprendizado, Elias recebe o atestado da boca dos pobres. A viúva lhe diz: "Agora sim, eu sei que és um homem de Deus e que Deus fala verdadeiramente por tua boca!" (1R 17,24). Com este atestado, fornecido por uma pobre viúva, Elias está pronto para iniciar a sua missão. Para o êxito da missão

profética não importa se o rei e os grandes reconhecem ou não o enviado de Deus. Importa sim que os pobres o reconheçam! Só os pobres e os pequenos descobrem a presença de Deus no enviado do Pai: "Pai, eu te agradeço, porque escondeste estas coisas aos sábios e aos doutores, e as revelastes aos pequenos. Sim, Pai, assim foi do teu agrado!" (Mt 11,25-26).

Em Elias, o despertar da memória perigosa do povo de Deus foi, ao mesmo tempo, um lento distanciar-se do rei Acab e dos que praticavam a injustiça, e um progressivo aproximar-se das vítimas da injustiça que, na sua vida de pobres, conservavam o ideal da aliança e os olhos para poder enxergar a presença de Deus na vida. Foi dentro deste processo de conversão que Elias se reencontrou com Deus, com o seu passado, com a identidade do povo, consigo mesmo e com a própria missão. Foi um processo longo e penoso que não terminou em Karit nem na casa da viúva. "A caminhada era longa!" (1R 19,7). Como ainda veremos, o seu ponto final ficava para além de Horeb, a montanha de Deus!

#### 4.

### **OS TRÊS CAMINHOS DA LUTA PELA JUSTIÇA NA VIDA DO PROFETA ELIAS "CAMINHAR NA PRESENÇA DO SENHOR NO ESPÍRITO E NO PODER DE ELIAS" (Luc 1,17)**

Como vimos, as forças econômicas, sociais, políticas e religiosas em contrário foram mais fortes do que o sistema igualitário e fraterno das doze tribos de Jacó do tempo dos Juízes. Tudo desandou! Mas o ideal

não morreu. Ficou guardado na vida dos pobres, na memória do povo, e acordava em épocas de crise e de mudança. Acordou no profeta Elias. Inspirado e orientado pelo ideal do passado, redescoberto na



vida dos pobres, ele recomeçou a luta pela justiça.

Elias enfrenta a situação de injustiça por três caminhos diferentes, intimamente ligados entre si: 1. **O caminho da justiça:** ele denuncia as causas da injustiça e tenta modificar as estruturas injustas da sociedade que geram a pobreza e escondem o rosto de Javé ao povo; ele luta pela transformação da sociedade. 2. **O caminho da solidariedade:** ele acolhe as vítimas do empobrecimento e da injustiça, e coloca presente na comunidade o ideal igualitário e fraterno da aliança; ele luta pela renovação da comunidade. 3. **O caminho da mística:** ele anima a fé do povo de que Deus não está do lado dos que praticam a injustiça, mas sim do lado dos que sofrem a injustiça; ele luta pelo despertar de uma nova consciência, nascida da certeza de que Deus está conosco!

### **1. O Caminho da Justiça: combater o empobrecimento atacando as suas causas**

Acab e Jesabel legitimavam a sua ação recorrendo à religião de Baal (1R 16,31-32). Os 450 profetas de Baal que comiam da mesa de Jesabel (1R 18,19) faziam a propaganda do novo Deus. Javé, o Deus do povo, foi adaptado ao sistema e transformado num baal qualquer com outros tantos falsos profetas para apoiá-lo (1R 22,6). Os profetas verdadeiros foram massacrados (1R 18,4.13 19,2.10.14).

Assim, conservando uma aparência de fidelidade a Javé, Acab e

Jesabel conseguiram deixar de lado a lei de Javé (1R 18,18) que exigia igualdade, e agiam impunemente em nome de Baal e do "direito do rei" (cf 1R 21,7), que legitimavam a opressão e os privilégios (cf 1Sam 8,11-18). A situação era dramática e sem saída. Pois o rei, cujo sistema era o culpado de tudo, era tão cego que, para ele, o culpado de tudo era o próprio Elias (1R 18,17). Com efeito, quando o poder se absolutiza, ele só aceita como verdadeira a voz daquele que com ele afina, e declara como errada e herética a voz do profeta que dele discorda.

Elias não agia como jurista, nem como político, sociólogo ou economista, mas como profeta de Javé. Isto é, a partir da sua experiência de Deus e a partir da sua compreensão da aliança, ele lançava a luz da sua palavra sobre a situação econômica, social, política e religiosa, e denunciava o que nela estava errado. A sua denúncia era violenta, pois ele não suportava que se usasse Deus e a religião para legitimar a opressão e a alienação do povo. As denúncias de Elias não eram palavras lançadas ao vento, mas flechas certeiras que iam direto às causas da injustiça, tanto as causas ideológicas, como as econômicas, sociais e políticas.

A denúncia das causas ideológicas aparece sobretudo no sacrifício realizado no monte Carmelo, onde desmascarou a religião de Baal como mentira e engano (1R 18,17-46). A denúncia das causas econômicas, sociais e políticas aparece sobretudo no caso do roubo e do assassinato, praticado pelo rei e



pela rainha contra Nabot, o lavrador (1R 21,1-29.)

Na sua denúncia, Elias enfrentou tanto o poder religioso dos falsos profetas como o poder político do rei. Naquele tempo, não havia separação entre estes dois poderes. A autoridade política do rei era, ao mesmo tempo, autoridade religiosa, pois ele governa o povo em nome de Javé. Os falsos profetas, por sua vez, eram contratados para apoiar o sistema do rei e eram alimentados pela rainha (1R 18,19).

A denúncia contra o poder dos falsos profetas: sozinho, Elias desafiou os 450 profetas de Baal (1R 18,19); ridicularizou o procedimento deles como sem fundamento e sem eficácia (1R 18,27-29); mostrou claramente que Baal era um deus sem valor, incapaz de atender ao clamor do povo (1R 18,27), o contrário de Javé que atendia aos pedidos dos que nele confiavam (1R 18,36-39). Agindo assim, Elias diminuía o peso da influência dos falsos profetas e ajudava o povo a se definir a favor de Javé contra Baal (1R 18,39).

A denúncia contra o poder do rei: Elias chamou o rei de "flagelo de Israel" (1R 18,18); desobedeceu às suas ordens (2R 1,9-12); acusou-o por ter abandonado a Javé para seguir os falsos deuses (1R 18-18); desautorizou-o publicamente diante do povo por ocasião do sacrifício no Monte Carmelo (1R 18,18.30-46); condenou-o abertamente com toda a sua família e rogo sobre ele a praga de Deus (1R 21,20-24); denunciou a consulta que Ocozias, sucessor de Acab, fez

a Baal-Zebub (2R 1,3.4.16); enfrentou o delegado do rei com seus 50 soldados e pediu que o fogo do céu os matasse (2R 1,9-12).

Elias lutou para que o rei e o povo voltassem à prática da Lei de Deus e seguissem novamente a Javé (1R 18,21). Ele não chegou a imaginar um projeto alternativo para a sociedade. Ele queria que o rei fosse o instrumento de Deus para realizar o ideal do passado vivido no tempo dos Juízes. Qual foi o resultado da sua ação? Elias provocou uma volta às fontes da fé que foi dar fruto, muitos anos depois, nas mudanças ocorridas por ocasião das reformas Eloísta e Deuteronomista. Só bem mais tarde, é que outros profetas, após terem constatado na prática a impossibilidade da conversão do sistema monárquico, chegaram a imaginar um projeto alternativo sem rei.

Na sua ação, Elias não pedia caridade nem filantropia ao rei, mas sim justiça. A base da aliança entre Deus e o seu povo é a justiça de Deus. Na Bíblia, a justiça de Deus aparece, quando as pessoas e as coisas retomam o lugar que devem ocupar dentro do plano de Deus. Aí aparece a **ordem justa**. Elias se situava do ponto de vista do direito baseado na aliança.

## **2. O Caminho da Solidariedade: combater o empobrecimento renovando a comunidade**

É necessário combater o empobrecimento pela denúncia das injustiças, mas não basta. A causa do empobrecimento nem sempre é a in-



justiça. Pode ser também a desgraça, a calamidade, a seca, a doença, a própria morte. Na Bíblia, o problema maior não está no fato de haver calamidades e secas, mortes e doenças, mas está no fato de a comunidade não se preocupar com as vítimas das calamidades e das injustiças. A comunidade deve ser a aliança de Deus com os homens contra a desgraça tanto do destino como da injustiça.

Por isso, além da denúncia das causas do empobrecimento, deve haver também uma ação comunitária de partilha e de solidariedade que elimina a pobreza dentro da comunidade e acolhe as vítimas. A comunidade deve ser ou deveria ser a Boa Nova de Deus ao mundo, uma espécie de modelo alternativo, uma amostra grátis daquilo que o projeto de Deus quer realizar, a saber, "entre vocês não pode haver pobres" (Dt 15,4). É o antigo ideal da convivência fraterna e igualitária que continua aceso e que acorda neste esforço de renovação da comunidade. A comunidade renovada é o outro lado da medalha que dá força e sentido à denúncia.

Na ação do profeta Elias, o **caminho da solidariedade** esteve presente de uma maneira muito simples. Além de denunciar as causas da injustiça e do empobrecimento, ele soube acolher e ser solidário com as vítimas tanto das injustiças do rei como da desgraça da seca: ele acolheu o pedido da viúva, cujo filho morreu vítima da seca, e intercedeu por ele junto a Deus (1R 17,17-23); acolheu o pedido de Abdias, o empregado do rei, que,

apesar de toda a pressão do ambiente, continuava fiel a Javé (1R 18,7-16); acolheu o pedido do capitão medroso que, para salvar a sua vida, desobedeceu à ordem do rei (2R 1,13-15); acolheu o povo confuso que ficou sem saber de que lado ficar, e o ajudou a fazer a escolha certa (1R 18,22-24.37); acolheu o próprio rei depois da derrota no Monte Carmelo (1R 18,41.44), e soube apreciar nele os mínimos sinais de arrependimento e de mudança (1R 21,27-29); rezou pela chuva, para que a seca chegasse ao fim e o povo tivesse novamente o que comer (1R 18,42; Tg 5,18). Finalmente, ao que tudo indica, Elias não era um homem tão solitário como a Tradição às vezes o sugere, pois em torno a ele surgiram várias comunidades proféticas em Guilgal, Betel e Jericó (2R 2,1-7).

Todos estes gestos tão simples são atitudes de quem leva a sério o seu compromisso com a comunidade a que pertence. Através de atitudes como estas, os membros da comunidade realizam as exigências da aliança, fortalecem a própria comunidade e fazem com que ela seja para os outros um sinal de justiça e de fraternidade.

Conforme o Deuteronômio, o **caminho da solidariedade** é a base da influência da comunidade sobre os outros povos (cf Deut 15,4-6). Ou seja, a influência da comunidade no mundo não reside no poder das armas, nem no poder da ciência, nem no poder da riqueza, mas sim no poder do serviço e do testemunho: o serviço da solidariedade que acolhe os pobres, e o testemunho da



solidariedade efetiva que consegue realizar a partilha dos bens e eliminar a pobreza do meio da comunidade (Dt 15,4).

### 3. O Caminho da Mística: combater o empobrecimento pela renovação da consciência

É necessário apelar para os ricos para que pratiquem a justiça e a solidariedade, partilhem os bens acumulados e devolvam aos pobres o que deles roubaram. Mas isto não basta para restabelecer a justiça de Deus no meio do povo! Pois o pior roubo já não pode ser devolvido, e o maior bem a ser partilhado já não existe mais. Trata-se do roubo da consciência!

Como vimos, criou-se uma sociedade que escondia o rosto de Deus ao povo e fazia com que o pobre criasse em si uma consciência de inferioridade e de pecador. Roubaram do pobre a consciência de gente e de filho de Deus! Esta foi e continua sendo a maior de todas as injustiças! É o roubo que não pode ser devolvido pelo ladrão! Os ricos podem devolver ou partilhar o dinheiro roubado, como fez Zaqueu. Podem até devolver o poder de participação. Mas não podem devolver nem partilhar a consciência que roubaram do povo. Pois, roubando, eles mesmos se privaram da sua própria dignidade de gente. Ninguém pode dar o que não tem, nem devolver o que perdeu!

Ora, enquanto não for eliminada pela raiz esta falsa consciência, colocada no povo pobre pela ideologia dominante ao longo de séculos de

dominação, a aliança não estará reconstruída, a igualdade não estará refeita, e a justiça de Deus não estará restabelecida no meio do povo. Quem luta pela justiça e pela solidariedade e não se esforça para que seja eliminada esta falsa consciência, corre o risco de corromper pela raiz todo o seu trabalho. Todo o seu esforço correria o risco de ser um enxerto num galho morto, uma operação plástica num cadáver. Pois na base continuaria a injustiça radical da consciência roubada que impede e destrói a fraternidade.

Quem pode devolver ao pobre a consciência roubada? Este é o problema! A matéria-prima para esta devolução não está disponível nem no pobre nem no rico! Parece um beco sem saída! "Infelizes de nós! Quem nos poderá libertar desta situação de morte?" (cf Rom 7,24). Só uma ação **criadora** que tira as coisas do nada, é capaz de restabelecer a justiça de Deus no meio do povo! Só Deus, o **Criador**, é capaz de libertar os pobres desta opressão, e de **criar** neles a nova consciência de gente e de filho de Deus. E Deus não falhou! Ele veio, entrou na história e **criou** a nova consciência. Foi quando ele disse aos pobres e oprimidos: "Eu estou com vocês!"

Esta afirmação divina, tantas vezes repetida e finalmente resumida no nome **Javé** (Ex 3,11-15), marca a grande ruptura da história. Ao entrar na história, Deus se mostrou **livre**! Por mais que o faraó e os reis com seus sacerdotes e profetas invocassem o nome de Deus e dissessem ter Deus do seu lado, Deus não se sentiu obrigado a ficar do lado deles. Ele fez o contrário! Ficou do



lado dos oprimidos. Agindo assim, Deus mostrou que os homens, por maior que seja o império deles e por mais vasto que seja o domínio deles sobre as consciências, jamais conseguirão dominar a Deus e enquadrá-lo nos esquemas da sua segurança e do seu sistema. Deus é livre! A sua liberdade é maior!

**Esta liberdade divina é a raiz da nova consciência.** A certeza de que este Deus, livre e libertador, preferiu ficar do lado deles, devolve aos pobres a consciência de gente, cria neles a consciência de gente, cria neles a consciência de filho de Deus e restabelece assim a justiça básica. Pois neste ponto os pobres já não dependem mais dos ricos, dos sábios ou dos poderosos, mas só deles mesmos e de Deus! Este é o começo da independência dos pequenos frente aos grandes. É a semente da verdadeira liberdade que ameaça pela raiz todo e qualquer sistema de dominação.

Esta descoberta da presença de Deus como fonte criadora de uma consciência nova e libertada é o que se chama o "Caminho da Mística". O profeta Elias andou pelo caminho da mística. Destacamos quatro pontos:

### **1. Homem de Deus, testemunho vivo do Deus verdadeiro**

Elias foi um testemunho vivo da presença de Deus. Toda a sua vida foi um serviço a Javé, o Deus do povo (1R 17,1; 18,15). O povo sabia disto, pois Elias era conhecido como alguém que estava inteiramente disponível e aberto para a

ação imprevisível do Espírito de Deus (1R 18,12 2R 2,3). Para os pobres, Ele era o "homem de Deus" que falava as palavras de Deus (1R 17,24).

Ele se retirava na solidão do deserto (1R 17,3 19,3-8) e das montanhas (2R 1,9), vestia roupas grosseiras (2R 1,8) e se alimentava daquilo que a natureza lhe oferecia (1R 17,4) ou que os pobres com ele partilhavam (1R 17,15). Em torno a ele foram crescendo grupos de profetas que viviam em comunidades (1R 19,19-21 2R 2,1-15).

A causa de Elias era a causa de Deus (1R 19,10.14). A sua oração acionava o poder de Deus a favor do povo: fez baixar o fogo do céu (1R 18,36-38; 2R 1,10.12), trouxe chuva após uma seca prolongada (1R 18,42-45 Tg 5,18), devolveu a vida ao filho da viúva (1R 17,21-22). O próprio nome Elias, **Eli-Jahu**, é o resumo da sua fé e do seu testemunho: "O meu Deus é Javé!"

### **2. Como testemunho de Javé, Elias toma posição no meio dos conflitos**

Javé não é um Deus neutro, imparcial, equidistante das partes em conflito. Ele é um Deus que toma posição bem clara nos conflitos da história humana e se coloca do lado dos oprimidos e injustiçados contra os opressores injustos. Assim também Elias. Como testemunho de Javé, ele entrou no meio dos conflitos e tomou posição:

Através da sua atitude, mostrou que Deus estava do lado da viúva faminta e estrangeira, e não do lado



de Acab que era a causa da fome (1 R 17,15-16.22-23); pela sua denúncia fez saber que Deus estava do lado de Nabot, o agricultor roubado e assassinado, e não do lado do rei e da rainha que roubaram e assassinaram (1R 21,17-24); pela sua ida até Acab mostrou que Deus estava do lado de Abdias, o empregado angustiado, e não do lado de Acab que ameaçava o empregado de morte (1R 18,7-18); pelo sacrifício realizado no Monte Carmelo fez saber que Javé está do lado daqueles que o invocam com fé, e não do lado daquela multidão de profetas oficiais que usavam a religião para defender os interesses do rei (1R 18,21-39); pela sua ida até Ocozias mostrou que Deus estava do lado do capitão medroso, e não do lado de Ocozias que tinha feito uma consulta ao falso deus Baal-Zebub (2R 1,13-16); fazendo descer o fogo do céu sobre os dois capitães com seus soldados, mostrou que Deus não estava do lado do poder que dava ordens arbitrárias (2R 1,9-12).

Em resumo, pela sua maneira de viver e de agir, Elias fez saber que o Espírito de Deus é uma realidade viva que intervém na história humana a favor dos oprimidos e injustiçados, contra os opressores que praticam a injustiça.

### **3. Só a prática abre os olhos para enxergar o apelo de Deus no profeta**

Apesar de todo este testemunho, os grandes e os poderosos não reconheceram a verdadeira identidade de Elias e não aceitaram a sua mensagem. Para o rei, Elias era o “ini-

migo” (1R 21,20), o “flagelo de Israel” (1R 18,17), que merecia a morte (1R 19,2). Para os funcionários do rei, Elias era um desconhecido de aparência estranha, vestido de pêlos (2R 1,6-8). Só os pequenos souberam reconhecer a verdadeira identidade do profeta e aceitar a sua mensagem: a viúva (1R 17,24), Abdias, o empregado (1R 18,7-8.12), o capitão medroso (2R 1,13-14), o povo confuso (1R 18,39-40).

Por que é que uns o reconheciam e outros não? Porque os interesses e a prática de uns eram diferentes dos interesses e da prática dos outros. Os interesses do rei eram: salvar os “cavalos” (exército) e os “burros” (comércio) (1R 18,5), salvar e aumentar as suas terras (1R 21,2), matar os seus adversários (1R 19,1-2), ganhar as guerras (1R 22,1-6). Os funcionários do rei, isto é, “os nobres e anciãos” (1R 21,8), só estavam interessados em obedecer ao rei. Executando as ordens da rainha, mataram Nabot (1R 21,11-14). Executando as ordens do rei, os capitães quiseram prender o profeta (2R 1,9.11).

Os interesses e a prática dos pequenos eram diferentes: a viúva faminta e estrangeira fazia a partilha dos seus bens e obedecia às ordens de Elias (1R 17,11-16); Nabot, o lavrador, observava a lei divina que proibia a troca e a venda de terras (1R 2-,3); Abdias observava a lei de Deus desde a sua juventude, defendeu os profetas ameaçados de morte pela rainha e, com risco da sua própria vida, os alimentou (1R 18,12-13); o capitão medroso tinha



mais amor à vida dele mesmo e dos seus soldados do que à ordem injusta do rei (2R 1,13-14). Com efeito, só a prática concreta e o interesse que nos move, que abrem os olhos para se poder enxergar a presença do apelo de Deus nas pessoas e nos fatos da vida.

#### **4. A luta interior do próprio profeta**

A vocação de profeta não fez de Elias um modelo acabado do homem perfeito e santo. Pelo contrário! No meio daqueles conflitos todos, ele teve que sentir o peso não só da maldade do sistema do rei, mas também da maldade dos seus próprios limites e defeitos. Ele chegou a perder a coragem e fugiu, com medo da rainha (1R 19,1-3). No seu desânimo já não via como enfrentar a situação. Teve vontade de abandonar tudo e morrer: “Basta! Quero morrer! Não sou melhor que os outros!!” (1R 19,4).

Qual a causa desta fraqueza repentina? É difícil fazer o diagnóstico. Vou tentar. Elias que me perdoe, se eu errar! Elias era um homem da Tradição. Indo até Karit (1R 17,2-7), até à casa da viúva (1R 17,8-24) e até à Montanha de Deus, Horeb (1R 19,5-9), ele refazia na sua própria vida a história da caminhada do povo e fazia acordar dentro de si a memória perigosa deste mesmo povo. Na sua busca de Deus ele se orientava pelos critérios da Tradição, “tempestade, raio e terremoto” (1R 19,11-12), pois foi por estes mesmos critérios ou sinais que Deus se revelara outrora a Moisés naquele mesmo Monte Horeb (Ex 19,16-18).

Ora, sem se dar conta e sem malícia nenhuma, Elias quase colocou a Tradição sobre Deus acima do Deus da Tradição! Quase caiu no mesmo erro que o rei. O rei tinha transformado Deus numa peça central do seu próprio sistema. Da mesma maneira, no outro extremo, Elias queria reduzir Deus ao tamanho da Tradição. Desejava que Ele se revelasse conforme os critérios da Tradição. Tanto o rei como Elias, ambos, cada um do seu jeito, embora em vista de objetivos opostos, tiravam de Deus a liberdade de ser Deus e o obrigavam a ser Deus conforme eles mesmos o queriam.

Uma atitude assim é como uma semente de morte; morte, não para Deus, mas para a liberdade humana! Identifica Deus com o sistema da segurança humana. E neste caso, falhando a segurança humana, falha também a fé em Deus, e aparecem a dúvida, o medo e o desânimo: “Basta! Quero morrer! Não sou melhor que os outros!” (1R 19,4).

Fiel ao seu modo de agir, Deus atendeu ao grito desanimado do profeta injustiçado e revelou-se a ele. Mas igualmente fiel ao seu modo de agir, Deus não se enquadrrou dentro do esquema dos critérios da Tradição e se revelou a ele com liberdade! Em vez de revelar-se na “tempestade, no raio e no terremoto”, revelou-se na “brisa leve, apenas perceptível” (1R 19,12-13). Totalmente livre, Deus não se prendeu nem sequer aos critérios que os homens tinham elaborado para guiar o povo com segurança no caminho que conduz a Deus!



A Liberdade de Deus fez cair o peso que estava nas costas de Elias. Elias pensava ser ele o único defensor da causa de Deus: "Sobrei só eu! E até a mim eles querem tirar a vida!" (1R 19,10.14). Como se dissesse: "Deus tem sorte que eu ainda estou vivo para defendê-lo! Pois do contrário, a causa de Deus estaria perdida no mundo!" Pretensão muito grande; resultado lógico da identificação de Deus com o pensamento humano sobre Deus.

Ora, entrando na vida de Elias, Deus mostrou: que Ele continuava sendo o mesmo Deus de sempre, impossível de ser aprisionado em qualquer esquema do pensamento humano; que Ele não dependia da Tradição, mas que a Tradição dependia dele; que a brisa leve não podia ser reduzida ao tamanho da Tradição, mas que os critérios da Tradição deviam ser explicados e relidos a partir da brisa leve, isto é, a partir do **novo** que Ele, Deus, estava realizando naquele momento da história do povo; que não era Elias que defendia a Deus, mas que era Deus a defender o pobre profeta Elias!

A liberdade de Deus foi o estalo revelador que libertou Elias daquela angústia de morte e lhe ensinou que o fundamento último da segurança humana não é aquilo que nós ou a Tradição conseguimos pensar a respeito de Deus, mas sim aquilo que Deus é em si mesmo: Javé, Deus livre e libertador, Deus conosco! Foi a partir daí que Elias, refeito e renovado, pôde voltar para retomar a sua missão (1R 19,15-18). Renasceu nele a verdadeira liberdade, fonte de nova coragem.

Elias teve que experimentar o peso dos seus limites. Mesmo sendo um homem de muitas vitórias, não teve medo de se converter. A sua conversão foi longa e penosa. Ele teve que aprender que, até dentro dele mesmo, Deus não estava do lado do Elias vitorioso e famoso, combativo e agressivo, mas sim do lado do Elias reprimido e angustiado, perseguido e desanimado. Foi necessário restabelecer a justiça de Deus e recriar a nova consciência até dentro do próprio Elias! O campo de batalha pela justiça e pela liberdade não era só a sociedade injusta criada pelo sistema do rei, mas era também o interior do próprio profeta, reflexo das estruturas da sociedade e do pensamento humano. A luta interior do profeta foi tão importante para a caminhada do povo quanto a sua luta pública no Monte Carmelo. Tudo isto fazia parte do despertar da memória perigosa do povo de Deus. Perigosa também para o próprio Elias!

Agindo com liberdade frente à tradição, Deus preservou a liberdade do seu povo e deu esperança aos pobres, pois confirmou, mais uma vez, que Ele não se deixa enquadrar nos esquemas do pensamento e da segurança humana. Fiel a si mesmo, Deus surpreende sempre para poder escutar de perto o clamor dos oprimidos. É tarefa do profeta manter-se aberto para a surpresa de Deus, livre e libertador. Pois a liberdade de Deus é a última garantia da liberdade humana. É o único facão que consegue quebrar a prisão das ideologias humanas. Sempre de novo, Deus reaparece na margem da história, recriando a nova consciên-



# O EVANGELHO DO PODER-SERVIÇO

Frei Clodovis Boff, OSM. Publicações CRB. Ano 1984.  
Páginas: 60. Tamanho: 16 x 23. Preço: Cr\$ 1.200,00.

É uma moda falar da obra recente de Umberto Eco "O Nome da Rosa". Esta expressão — o nome da rosa — é uma metáfora medieval para traduzir **o grande poder das palavras**. O centro do romance é a **biblioteca** de um mosteiro beneditino na qual estavam guardados códigos preciosos, parte ponderável da sabedoria grega e romana. De um modo genérico, o livro é, ao mesmo tempo, guardião e difusor de palavras e idéias. Ele as pereniza através do tempo. Na sociedade moderna, o papel reservado ao livro é mais do que simples e efêmera transmissão de conhecimentos. O livro é **permanente mecanismo de atualização das pessoas** para que participem e influenciem no traçado da rota a ser percorrida pelo homem.

## — A leitura é um hábito entre nós, Religiosos?

Nem sempre, todavia, a leitura é feita corretamente. Pode-se ler sem apreender o pleno significado. Pode-se ler, sem atitude crítica, aceitando qualquer conteúdo, apenas porque está no livro. **LER significa** entender o raciocínio, desdobrar o argumento, ajuntar as evidências, construir o sentido, revelar a verdade. A finalidade última da leitura é fazer o leitor atingir **uma compreensão melhor e maior** das pessoas e do mundo. Torná-lo, portanto, mais humano, menos ignorante, menos mecanizado. O hábito de ler é uma forma privilegiada de aperfeiçoar o espírito, de conquistar espaços no momento histórico que se vive, de tomar consciência do tempo.

A **Conferência dos Religiosos do Brasil** acaba de publicar o EVANGELHO DO PODER-SERVIÇO, de Frei Clodovis Boff, OSM. Uma brochura de 60 páginas que, de um lado, enriquece, teoricamente, nosso ideário e, de outro, conseqüentemente, fortalece o exercício da consciência crítica na aquisição dos valores correspondentes ao ideário de nossa Vida Religiosa.

**Superior e Superiora Locais**, é hipótese improvável e inadequada afirmar que lhes cabe responsabilidade na aprendizagem da técnica de leitura em sua comunidade. Mas, certamente, **faz parte de sua função** o estímulo à leitura, a manutenção de uma biblioteca ou estante especializada, o acesso fácil ao livro. O livro não pode ser objeto para poucos. Não corra o risco de a rosa não mais florir em sua comunidade. Leia. A leitura deveria ter pretensões de rotina em seu dia. Ser algo mais do que intenções no programa de suas atividades. Incentive a leitura. **Privilegie o livro entre os meios de comunicação**. Comente, em reunião, o último livro que leu. Promova um debate sobre o livro que alguém está lendo. O livro não pode ser o túmulo da sabedoria. Pelo contrário, precisa ser fonte perene onde se dessedentar.

O livro **O Evangelho do Poder-Serviço** não vem destruir as origens míticas do poder nem repudiar um suposto anacronismo, para a mentalidade moderna, em ver o poder como um direito divino. O livro mostra que o mais importante gonzo sobre que uma sociedade funciona é, exatamente, certa mística que está ligada ao exercício do poder. A autoridade não é a soma de força para intimidar. Não é da força que emana a autoridade, mas desta mística majestade do poder. Para nós, que cremos, torna-se quase óbvio. "Se, portanto, o Filho do homem, sendo **SENHOR e MESTRE**" (Jo 13, 14) "veio para **SERVIR**" (Mt 20, 28), "como vos fiz, vós fazeis também" (Jo 13, 15).

Para quem tiver um mínimo de sensibilidade específica, fica patente a boa-nova do livro de Frei Clodovis anunciada por um discurso sócio-jurídico e evangélico (**Pe. Marcos de Lima, SDB**).